



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

EDITAL

A Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes, por meio da Secretaria Municipal de Suprimentos, sediada na Av. Andrônico dos Prazeres Gonçalves, 114, Centro, Embu das Artes/SP, doravante denominada Administração, torna público para conhecimento de empresas interessadas que realizará **PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS (LOTE)**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇO** para a estimada **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE FARDAMENTO, DESTINADO AOS SERVIDORES DA GUARDA CIVIL, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**, a ser processada em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 (Regulamento sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços), e o Decreto Municipal n.º 2.954, de 12 de dezembro de 2023 (Normas de Licitação e Contratos Administrativos de Embu das Artes), com suas alterações vigentes e outras legislações aplicáveis, procedimento licitatório a ser realizado por meio do **Portal Eletrônico de Compras** da Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes, acessível pelo endereço eletrônico www.licitaembudasartes.com.br.

MODALIDADE E FORMA DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO

SEQUÊNCIA: HABILITAÇÃO APÓS JULGAMENTO

GARANTIA PROPOSTA: SIM

MODO DE DISPUTA: ABERTA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS (LOTE)

PREFERÊNCIA ME/EPP: SIM (conforme art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021)

SESSÃO PÚBLICA – FORMA ELETRÔNICA:

- **Local Entrega de Propostas:** Portal Eletrônico de Compras - www.licitaembudasartes.com.br
- **Início do Acolhimento de Proposta:** 08/06/2026 às 08:00H
- **Limite de Acolhimento de Proposta:** 23/06/2026 às 10:00H
- **Início Sessão Pública** 23/06/2026 às 10:30H
- Todas as referências de tempo observarão o horário de Brasília – DF.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes, 03 (três) de junho de 2026 (dois mil e vinte e seis).

LUIS FERNANDO FERREIRA DE SOUZA
Secretário Municipal de Segurança Pública



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Dos requisitos legais:

1.1.1 O presente processo licitatório reger-se-á pela:

1.1.1.1 Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos),

1.1.1.2 Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte),

1.1.1.3 Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 (Regulamento sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços), e

1.1.1.4 Decreto Municipal n.º 2.954, de 12 de dezembro de 2023 (Normas de Licitação e Contratos Administrativos de Embu das Artes), e outras legislações aplicáveis.

1.2 Da Licitação:

1.2.1 **Modalidade da Licitação:** PREGÃO ELETRÔNICO, conforme art. 17, § 2º e art. 29, caput, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

1.2.2 **Sequência de fases do processo:** HABILITAÇÃO APÓS JULGAMENTO, nos termos do art. 17, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

1.2.3 **Critério de julgamento:** MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS (LOTE), critério de aceitabilidade de preços unitários, no máximo igual aos valores de referência unitários, nos termos do art. 82, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

1.2.3.1 A ordem de classificação, no critério de julgamento por menor preço ou maior desconto é definida do menor valor para o maior valor, ou seja, a partir da proposta que represente ser a mais vantajosa, de menor dispêndio para a Administração para a menos vantajosa, a de maior dispêndio, desde que também sejam atendidos parâmetros mínimos, de qualidade e especificações, definidos no edital.

1.2.4 **Forma da realização:** ELETRÔNICA, conforme art. 17, § 2º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

1.2.4.1 No caso de forma eletrônica:

1.2.4.1.1 Será realizada em sessão pública virtual, conectada direta ou remotamente à rede mundial de computadores (internet), sob condições de segurança aplicáveis, incluindo, criptografia e autenticação, em todas as suas fases, por meio do Portal Eletrônico de Compras da Administração.

1.2.4.1.2 Os trabalhos serão conduzidos virtualmente pelo Agente de Contratação ou Pregoeiro, com auxílio de Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema vinculado ao Portal Eletrônico de Compras da Administração.

1.2.4.1.3 Todos os documentos públicos pertinentes, atos, comunicações e atas estarão disponíveis no Portal Eletrônico de Compras e outra plataforma eletrônica, se determinada por lei.

1.2.5 Garantia de Proposta: SIM



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2026

PROCESSO N.º 9.895/2026

- 1.2.5.1** Nos termos do art. 58, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, poderá ser exigido garantia de proposta como condição de pré-habilitação, em valor correspondente a 1% do valor estimado da contratação.
- 1.2.5.2** A exigência da garantia de proposta tem por finalidade assegurar a seriedade das propostas apresentadas, evitar Licitantes que abandonem o certame e resguardar o interesse público.
- 1.2.5.3** Caso seja exigida garantia de proposta, observar requisitos e procedimentos contidos nos capítulos: **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO** e o **PROCEDIMENTO PARA APRESENTAÇÃO DE GARANTIA DE PROPOSTA**.
- 1.2.6** **Modo de disputa:** ABERTO
- 1.2.6.1** A utilização isolada do modo de disputa fechado é vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, conforme disposto no art. 56, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 1.2.6.2** A utilização do modo de disputa aberto é vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço, conforme disposto no art. 56, § 2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 1.2.7** O local, data e hora de realização da sessão pública constará no edital previamente publicado conforme prazo legal aplicável à modalidade disposta no art. 55, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 1.2.8** Na hipótese de não haver expediente de trabalho na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora, salvo disposição em contrário com a devida comunicação prévia.
- 1.3** **Pedido de impugnação ou esclarecimento:**
- 1.3.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação em caso de suspeita ou verificação de irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os termos do edital e seus anexos, conforme disposto no art. 164, caput, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 1.3.2** O pedido de impugnação ou esclarecimento deve ser realizado na forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico disponível na plataforma do Portal Eletrônico de Compras da Administração.
- 1.3.3** Para contagem de prazo relativo ao pedido de impugnação ou esclarecimento será considerado como termo inicial o dia de envio da comunicação, com o pedido, desde que ela seja recebida entre 9h00 e 16h00, caso fora do horário, considerar-se-á o dia útil seguinte.
- 1.3.4** O pedido de impugnação ou esclarecimento deve ser endereçado ao Agente de Contratação ou Pregoeiro, com a devida indicação no campo assunto a modalidade Licitação e do seu número/ano, devendo também constar no corpo da mensagem, o objeto do processo licitatório.
- 1.3.5** O prazo para enviar e protocolar o pedido de impugnação ou esclarecimento é de 3 (três) dias úteis, antes da data marcada para realização da abertura do certame, observado o termo



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

de início especificado e as demais regras dispostas no edital que tratam da contagem de prazo.

1.3.6 A resposta ao pedido de impugnação ou de esclarecimento será divulgada, de forma pública, na plataforma do Portal Eletrônico de Compras da Administração, no prazo de até 3 (três) dias úteis a partir do seu termo de início, limitado o termo final ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme disposto no art. 164, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

1.3.7 Pedidos de informações ou esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

1.4 Das referências à horários e dias e contagem de prazos:

1.4.1 As referências a horários previstas no edital, no seu aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília-DF.

1.4.2 As sessões serão realizadas em dias uteis, no período de expediente da Administração compreendido das 9h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00.

1.4.3 Considera-se dia não útil, para efeitos de contagem de prazos: sábado, domingo, feriados nacionais, feriados estaduais, feriados municipais, pontos facultativos decretados pela Administração e publicados em Diário Oficial, que afetem o horário de expediente administrativo da Administração.

1.4.4 Compete à Licitante, que pretende praticar ato do seu interesse relativo ao certame, verificar a ocorrência de dias não uteis que afetem a respectiva contagem de prazo.

1.4.5 Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, devendo o Agente de Contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação dar prazo e publicidade necessária para a nova data e hora da retomada do processo licitatório.

1.4.6 Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão pública, os prazos concedidos para prática de atos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

1.4.7 Os horários de expediente da Administração poderão ser alterados no caso de calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, cabendo ao Agente de Contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação, informar previamente aos licitantes a alteração e nova agenda para a retomada do certame.

1.4.8 Demais requisitos relativo à contagem de prazos reger-se-á pelo disposto no art. 183, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

1.5 Das responsabilidades:

1.5.1 A Administração não se responsabilizará por consequências prejudiciais à Licitante interessada caso ela não acesse, os endereços eletrônicos informados, em tempo hábil, para tomar ciência do teor dos avisos e atos administrativos publicados que demandem ação do seu interesse.

2. DO OBJETO



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n°. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

2.1

A licitação tem como objeto a formação de Registro de Preços (RP), para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE FARDAMENTO, DESTINADO AOS SERVIDORES DA GUARDA CIVIL, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**, nos termos da tabela a seguir, conforme condições, quantidades e exigências no edital e seus anexos.

LOTE 01 – FARDAMENTO ROMU/ROMUCAM/GAC				
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	CALÇA TÁTICA - ROMU/ROMUCAM/GAC	200	370,00	74.000,00
2	COMBAT SHIRT MANGA CURTA - ROMU/ROMUCAM/GAC	200	315,00	63.000,00
3	COMBAT SHIRT MANGA LONGA - ROMU/ROMUCAM/GAC	200	335,00	67.000,00
4	CAMISETA PRETA	200	153,33	30.666,00
5	JAQUETA CORTA VENTO - ROMU/ROMUCAM/GAC	150	360,00	54.000,00
6	CALÇA TÁTICA - GCM	900	363,33	326.997,00
7	COMBAT SHIRT MANGA CURTA - GCM	900	311,67	280.503,00
8	COMBAT SHIRT MANGA LONGA - GCM	900	331,67	298.503,00
9	CAMISETA BÁSICA	920	153,33	141.063,60
10	JAQUETA CORTA VENTO - GCM	350	366,67	128.334,50
10	KIT - UNIFORME COMPLETO GCM	250	2.391,67	597.917,50
11	KIT - UNIFORME COMPLETO ROMU/ROMUCAM/GAC	48	2.391,67	114.800,16
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE 01				2.176.784,76

LOTE 02 - COBERTURAS				
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
12	COBERTURA GCM	250	241,67	60.417,50
13	BOINA ROMU	100	306,67	30.667,00
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE 03				91.084,50

LOTE 03 - ACESSÓRIOS				
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
14	CINTO NYLON - GCM	400	83,33	33.332,00
15	CINTURÃO TATICO COMPLETO	250	2.066,67	516.667,50
16	BRAÇAL	150	550,00	82.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE 04				632.499,50

LOTE 04 - CALÇADOS				
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
17	COTURNO TÁTICO	350	606,67	212.334,50
18	BOTA TÁTICA ROMU/ ROMUCAM/GAC	60	631,67	37.900,20
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE 05				250.234,70



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

LOTE 05 – COLETE				
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
19	CAPA COLETE	250	1.143,33	285.832,50
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE 07				285.832,50
VALOR TOTAL ESTIMADO (TODOS LOTES)				3.436.435,96

- 2.2 O objeto da licitação tem a natureza de fornecimento de bens e serviços comuns nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal n.º 14.133/2021, visto que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos com base em especificações usuais de mercado.
- 2.3 Os quantitativos serão definidos nas respectivas Ordens de Fornecimento (OF), elaboradas conforme itens e composições vigentes no ato da contratação.
- 2.3.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS (LOTE)**, com critério de aceitabilidade de preços unitários, no máximo igual aos valores de referência unitários, nos termos do art. 82, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 2.4 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso., conforme disposto no art. 84, Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 2.5 O valor total estimado para a licitação, considerando-se todos os lotes, é de **R\$ 3.436.435,96 (três milhões, quatrocentos trinta e seis mil, quatrocentos trinta e cinco reais, noventa e seis centavos)**.

3. DAS JUTIFICATIVAS

3.1 Da utilização do Sistema de Registro de Preços:

- 3.1.1 O objetivo da Administração é estabelecer instrumento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual serão registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou as entidades participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou no instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas.
- 3.1.2 Pelas características do objeto, haverá necessidade de aquisições frequentes dos itens ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.
- 3.1.3 Pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração uma vez que a demanda ocorrerá a partir da identificação da necessidade.

4. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

- 4.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 2.954/2023.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 4.2** Observar-se-á subsidiariamente, nos termos do art. 184, da Lei Federal n.º 14.133/2021, regulamentação do Decreto Federal n.º 11.462/2023.
- 4.3** As regras referentes ao órgão ou entidade gerenciadora e participante do SRP são as que constam no anexo do edital, **Minuta de Ata de Registro de Preços**.
- 4.4** É vedada à participação da Administração em mais de uma Ata de Registro de Preços, com identidade de objeto, no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de Ata de Registro de Preços que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 5.1** Antes da data de realização da sessão pública planejada, a Licitante interessada e seu representante legal deverão estar devidamente credenciados junto à entidade provedora da plataforma do Portal Eletrônico de Compras da Administração.
- 5.2** A Licitante interessada deverá providenciar o seu cadastro, com atribuição de chave de identificação (login) e senha, ambos pessoal e intransferíveis, diretamente por meio do Portal Eletrônico de Compras da Administração, acesso para o cadastro por meio da opção “CADASTRE-SE COMO FORNECEDOR”.
- 5.3** Informações sobre o credenciamento poderão ser obtidas pela central de atendimento às Licitantes, por telefone ou e-mail, dados de contato disponíveis no Portal Eletrônico de Compras da Administração.
- 5.4** O credenciamento implica em:
- 5.4.1** Responsabilidade legal, única e exclusiva da Licitante interessada e de seu representante legal,
- 5.4.2** Presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes à licitação em nome da Licitante interessada.
- 5.5** Eventualmente, no caso de diligência necessária e fundamentada, poderá a Administração exigir, da Licitante interessada, a apresentação de documentos que comprovem o disposto no item anterior, tais como:
- 5.5.1** Procuração pública ou particular, essa com firma reconhecida, nos termos do art. 654, §§ 1º e 2º, da Lei Federal n.º 14.406/2002 (Código Civil), podendo o instrumento ser original, cópia autenticada ou cópia comum que será autenticada pelo agente de contratação ou comissão de contratação no ato da apresentação junto com o instrumento original.
- 5.5.1.1** O instrumento de mandato deve ser válido, para o respectivo processo licitatório ou desde que conste na descrição de outorga de poderes, a designação e a extensão dos poderes conferidos, concedido pelo representante legal da Licitante interessada, para o mandatário poder praticar todos os atos ou administrar interesses da Licitante interessada relativos ao processo licitatório que pretende participar.
- 5.5.2** No caso de o representante da Licitante interessada ser sócio, proprietário ou dirigente (ou com cargo ou função assemelhada), deverá ele apresentar o estatuto ou contrato social, no



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

qual estejam expressos sua responsabilidade, obrigações e poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.6 A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer licitação da Administração, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Administração ou entidade provedora do Portal Eletrônico de Compras da Administração, devidamente justificada.

5.6.1 O uso da senha de acesso pela Licitante interessada é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Agente de Contratação ou Pregoeiro, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6.2 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser imediatamente comunicada à provedora do Portal Eletrônico de Compras da Administração para bloqueio de acesso.

5.7 Qualquer dúvida em relação à plataforma do Portal Eletrônico de Compras da Administração poderá ser esclarecida através dos seus canais de atendimento, de segunda a sexta-feira, das 9 às 16 horas, por meio dos canais informados no seu endereço eletrônico.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 A inscrição da Licitante interessada no processo licitatório, implica sua aceitação, integral e irrestrita, das condições estabelecidas no respectivo edital e em seus anexos.

6.2 No caso da Licitante interessada ser qualificada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), para fins de utilização do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar Federal n.º 123/2006, deverá manter a identificação desse enquadramento em todo processo licitatório, sendo que a não assinalação dessa condição no sistema de credenciamento, a impedirá no prosseguimento no certame para os itens exclusivos dessa categoria de empresa, bem como não terá direito ao tratamento favorecido previsto, mesmo que seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

6.2.1 A Licitante interessada, participante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar junto com os documentos de habilitação, declaração conforme modelo contido no anexo do edital: **Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.**

6.2.2 As disposições relacionadas À Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), não são aplicadas no caso de:

6.2.2.1 Aquisição, de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 1º, inciso I, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

6.2.2.2 Contratação, de obras e serviços de engenharia, cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 1º, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

6.3 Poderá participar da Licitação a Licitante interessada que:



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 6.3.1** Esteja com seu credenciamento regular na entidade provedora do Portal Eletrônico de Compras da Administração;
- 6.3.2** Seja empresa ou empresário individual legalmente constituído no Brasil, operando nos termos da legislação vigente, cuja finalidade e o ramo de atividade sejam compatíveis com o objeto em licitação, com autorização para o exercício da atividade a ser contratada conforme norma regulamentadora ou legislação aplicável, observadas as condições exigidas no edital e seus anexos;
- 6.4** Não será permitida a participação da Licitante interessada que:
 - 6.4.1** Não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
 - 6.4.2** Seja pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração, nos termos do art. 156, § 4º, parte final, da Lei Federal n.º 14.133/2021, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;
 - 6.4.3** Seja pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), nos termos do art. 156, § 5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;
 - 6.4.4** Seja pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 12, da Lei Federal n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa);
 - 6.4.5** Seja estrangeira e não funcione regularmente no Brasil;
 - 6.4.6** Esteja em processo de falência, ressalvada a que esteja em recuperação judicial desde demonstre ter condições econômicas e financeiras para executar o objeto da licitação sem risco para a contratante conforme diligência feita pela Administração;
 - 6.4.7** Seja pessoa física ou jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto da licitação;
 - 6.4.8** Possua sócios ou empregados que sejam funcionários da Administração;
- 6.5** Não poderá disputar licitação ou participar da execução de contrato a ela relacionada, direta ou indiretamente:
 - 6.5.1** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme disposto no art. 14, inciso III, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
 - 6.5.1.1** Esse impedimento será também aplicado à Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da Licitante, conforme disposto no art. 14, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
 - 6.5.2** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2026

PROCESSO N.º 9.895/2026

que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme disposto no art. 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

6.5.3 Empresa controladora, controlada ou coligada, nos termos da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), concorrendo entre si, conforme disposto no art. 14, inciso V, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

6.5.4 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, conforme disposto no art. 14, inciso VI, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

6.5.5 Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

6.5.6 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio que não obedeçam, cada uma das suas constituintes, incluindo o próprio consórcio, aos critérios dispostos no art. 15, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

6.5.6.1 Para pessoas jurídicas reunidas em consórcio, serão exigidos 25% (vinte e cinco por cento) a mais dos valores exigidos para a habilitação econômico-financeira.

6.6 A observância das vedações de participação do edital é de inteira responsabilidade da Licitante interessada que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

7. PROCEDIMENTO PARA APRESENTAÇÃO DE GARANTIA DE PROPOSTA

7.1 A Licitante interessada deverá apresentar Garantia de Proposta no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado para o item ou lote que pretende apresentar proposta, nos termos dispostos no art. 58, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

7.2 **Data Limite para entrega, da comprovação garantia de proposta já efetivada, como requisito de pré-habilitação:** data e hora da abertura da sessão pública;

7.2.1 O documento de comprovação da efetivação da garantia de proposta **deverá ser encaminhado em separado dos demais documentos** exigidos no processo licitatório de forma a permitir que o agente de contratação ou pregoeiro possa verificar antes do início da fase de apresentação de propostas e lances do processo licitatório.

7.2.2 Caso haja o desatendimento das instruções, para comprovação da efetivação de garantia proposta, nos termos do art. 12, inciso III, da Lei Federal n.º 14.133/2021:

7.2.2.1 Não importará em desclassificação imediata da licitante interessada ou a invalidação do processo licitatório, desde que a garantia tenha sido efetivada dentro do prazo estabelecido no edital e seja possível a sua confirmação pelo Agente de Contratação ou Pregoeiro antes do início da fase de apresentação de propostas e lances.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 7.2.2.2** Caso **não seja confirmada a efetivação da garantia proposta** antes do início da fase de apresentação de propostas e lances, **a licitante estará impedida de continuar com sua participação no processo licitatório** a partir da fase de apresentação de propostas e lances.
- 7.3** Para a Licitante interessada, que esteja organizada em consórcio, a Garantia de Proposta deverá ser efetivada em nome de uma ou mais consorciadas ou, ainda, da consorciada estabelecida como líder do consórcio e, deverá indicar, expressamente no respectivo documento, o nome do consórcio e de todas as consorciadas, independentemente de a Garantia de Proposta ter sido prestada por uma ou mais consorciadas, ou somente pela empresa líder.
- 7.4** A Garantia de Proposta poderá ser efetivada, conforme disposto no art. 96, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, mediante as seguintes modalidades:
- 7.4.1** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- 7.4.2** Seguro-garantia;
- 7.4.3** Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- 7.4.4** Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- 7.5** Para a Garantia de Proposta, deverá ser observado os requisitos:
- 7.5.1** Caução em dinheiro, em moeda nacional, depositada em conta corrente indicada pela Administração Pública;
- 7.5.2** Caução em títulos da dívida pública Federal, não gravados com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, nem adquiridos compulsoriamente;
- 7.5.3** Seguro-garantia, fornecido por companhia seguradora nacional ou estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, com a apresentação da respectiva certidão vigente de regularidade da SUSEP; ou
- 7.5.4** Fiança bancária, fornecida por instituição financeira nacional ou estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, com classificação de risco de crédito em escala nacional superior ou igual a "AA2.BR", "BRAA-", "A(BRA)", ou variações como "brAA-", conforme divulgado pelas agências de risco Moody's, Standard & Poors ou Fitch, em favor da Administração Pública.
- 7.6** No caso de a garantia ser prestada na modalidade caução em dinheiro, o comprovante de prestação da Garantia de Proposta deverá ser emitido pela área competente da Secretaria Finanças da Administração e a Licitante deverá solicitar o referido documento considerando o prazo para o momento de apresentação da comprovação.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

- 7.6.1** A Licitante interessada, caso necessite, deverá solicitar o Ofício de Garantia de Proposta por meio do endereço eletrônico (e-mail) garantia.licitacao@embudasartes.sp.gov.br, no qual informará todos os seus dados conforme segue:
- 7.6.1.1** C.N.P.J. e Razão Social da Licitante;
- 7.6.1.2** Endereço completo da sede da Licitante;
- 7.6.1.3** Endereço eletrônico para receber o Ofício de Garantia de Proposta;
- 7.6.1.4** Telefone da Licitante;
- 7.6.1.5** Número/Ano do Processo Administrativo da Licitação que se pretende participar;
- 7.6.1.6** Número/Ano da Licitação que se pretende participar;
- 7.6.1.7** Informar o objeto da Licitação que se pretende participar.
- 7.6.1.8** Lotes/itens que pretende apresentar proposta;
- 7.6.2** Caso a modalidade escolhida de garantia de proposta tenha validade, ela deverá superior ou igual a 90 (noventa) dias, contados a partir da data de abertura do certame.
- 7.6.3** O prazo para solicitação do referido Ofício encerra-se 2 (dois) dias úteis antes da data de abertura do certame, tendo como termo inicial para contagem retroativa de prazo, o dia útil imediatamente anterior à data da sessão pública agendada.
- 7.6.4** A Administração encaminhará o Ofício de Garantia proposta com os dados necessários para efetivação da garantia.
- 7.7** No caso de a Garantia de Proposta ser prestada na modalidade caução em títulos da dívida pública Federal, o documento de constituição da caução deverá ser datado e assinado pela instituição financeira na qual estejam depositados os títulos a serem oferecidos em garantia, dele devendo constar que:
- 7.7.1** Os referidos títulos, claramente identificados, ficarão caucionados em favor da Administração Pública, como garantia de manutenção das propostas da Licitante interessada relativa ao edital nela referenciado; e
- 7.7.2** A Administração Pública poderá executar a caução nas condições previstas no edital nela referenciado.
- 7.8** A Garantia de Proposta, efetivada na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ser apresentada com o seu valor expresso em moeda corrente nacional (Reais - R\$), contendo a assinatura dos administradores da entidade emitente, com a comprovação dos respectivos poderes de representação.
- 7.9** A Garantia de Proposta apresentada na modalidade seguro-garantia deverá seguir o disposto nas diretrizes da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- 7.10** A Garantia de Proposta ofertada não poderá conter ressalvas ou condições que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade.
- 7.11** No caso de Garantia de Proposta prestada mediante dois ou mais seguros-garantia, as apólices deverão registrar expressamente a sua complementariedade.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 7.12** Para Garantia de Proposta apresentada na modalidade caução em títulos da dívida pública Federal, serão admitidos os seguintes títulos:
- 7.12.1** Tesouro prefixado;
- 7.12.2** Tesouro SELIC;
- 7.12.3** Tesouro IPCA com juros semestrais;
- 7.12.4** Tesouro IPCA;
- 7.12.5** Tesouro IGP-M com juros semestrais; e
- 7.12.6** Tesouro prefixado com juros semestrais.
- 7.13** A Garantia de Proposta prestada, no caso de necessidade de devolução, somente será devolvida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato, da ata de registro de preços ou da data em que for declarada fracassada a licitação, conforme disposto no art. 58, § 2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 7.14** Implicará execução do valor integral da Garantia de Proposta da Licitante arrematante, quando da sua recusa em assinar o contrato ou ata de registro de preços, ou a não apresentação dos documentos exigidos, conforme disposto no art. 58, § 3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 7.15** Nos casos em que a validade da Garantia de Proposta expirar antes da publicação do contrato ou ata de registro de preços, a manutenção das condições de habilitação da Licitante participante ficará condicionada à regular renovação da respectiva garantia, ou à sua substituição por uma das demais modalidades previstas no edital, às suas próprias expensas.
- 7.16** Caberá a Licitante participante promover a renovação tempestiva da sua Garantia de Proposta, antes da expiração da validade, devendo comunicar tal expediente ao Agente de Contratação ou Pregoeiro.
- 7.17** O Agente de Contratação ou Pregoeiro analisará a regularidade e efetividade das garantias de proposta apresentadas, observado o disposto no edital.
- 7.18** O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela Licitante decorrentes de sua participação no certame dará causa à execução da Garantia de Proposta, mediante notificação prévia, sem prejuízo das demais penalidades previstas no edital, ou na legislação aplicável.
- 7.19** A Garantia de Proposta também responderá pelas multas, penalidades e indenizações devidas pela Licitante à Administração, incorridas durante o processo licitatório, inclusive no caso de recusa de celebração do contrato ou ata de registro de preços, não sendo excluída, em qualquer caso, a sua responsabilidade e obrigação de ressarcir eventuais perdas e danos que não sejam suportadas pela Garantia de Proposta.

8. DO REGULAMENTO E PROCEDIMENTO DO CERTAME

- 8.1** Ao Agente de Contratação ou Pregoeiro, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório e do procedimento auxiliar, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado e o exame de



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

documentos exigidos, cabendo-lhes ainda executar quaisquer outras atividades ou diligências necessárias ao regular andamento do certame até a homologação.

- 8.2** O Agente de Contratação ou Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica, da Equipe de Apoio ou de outros setores da Administração, a fim de subsidiar sua decisão, podendo a qualquer tempo suspender e reiniciar a sessão pública.
- 8.3** Até a data e hora limite de acolhimento de propostas, estabelecida no preâmbulo do edital, as Licitantes interessadas poderão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta econômica inicial com a descrição detalhada do objeto ofertado conforme critério de julgamento adotado no edital.
- 8.3.1** Se a **fase de habilitação anteceder a de julgamento**, nos termos do art. 17, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, as Licitantes interessadas deverão **enviar os documentos de habilitação** exigidos no edital **concomitantemente com** o envio da **proposta econômica inicial**, observada a data e hora **Limite de Acolhimento de Proposta** estabelecida no edital.
- 8.3.2** Se a **fase de habilitação for posterior a de julgamento**, nos termos do caput do art. 17, da Lei Federal n.º 14.133/2021, os **documentos de habilitação** dispostos no edital **serão exigidos da Licitante provisoriamente declarada vencedora**, na fase de julgamento, conforme disposto no art. 63, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 8.4** O envio da proposta econômica inicial e outros documentos exigidos no edital, pelas Licitantes interessadas, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis obtidos conforme procedimento de credenciamento do Portal Eletrônico de Compras da Administração.
- 8.4.1** Os documentos digitalizados individualmente deverão ser compactados em um único arquivo digital, limitado ao tamanho de 200 Mega Bytes (MB) conforme instrução da provedora do Portal Eletrônico de Compras da Administração.
- 8.5** Até a abertura da sessão pública, as Licitantes interessadas poderão retirar ou substituir suas propostas e outros documentos anteriormente inseridos no sistema.
- 8.5.1** Após a abertura da sessão pública, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência do Agente de Contratação ou Pregoeiro, nos termos do art. 64, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 8.6** Alcançada a data e hora limite, de acolhimento da proposta inicial, estabelecidas no preâmbulo do edital, encerrar-se-á automaticamente a fase de envio de proposta econômica inicial e, quando exigidos no edital, o envio de outros documentos.
- 8.7** Os documentos, que compõem a proposta econômica e os demais exigidos até a abertura da Sessão Pública, conforme disposto no edital, somente serão liberados pelo sistema para avaliação, do Agente de Contratação ou Pregoeiro, e para acesso público das demais licitantes participantes após a abertura da sessão pública, nos termos do art. 13, inciso I, da Lei Federal n.º 14.133/2021.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

- 8.8** A Licitante interessada se incumbirá de acompanhar as operações realizadas no sistema eletrônico do Portal Eletrônico de Compras da Administração durante a sessão pública, ficando responsável pelos atos praticados por seu representante credenciado e pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou por motivo de sua desconexão.
- 8.9** Não será estabelecida, na fase de apresentação de propostas do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá, conforme modo de disputa definido no edital, após a realização dos procedimentos de apresentação de lances, negociação e julgamento.
- 8.10** Os eventuais documentos complementares relativos à proposta econômica e de habilitação da Licitante provisoriamente vencedora, quando necessários à confirmação daqueles já exigidos no edital e entregues no prazo definido, poderão ser exigidos após o encerramento da fase de julgamento, já com a definição da Licitante provisoriamente vencedora.
- 8.10.1** O Agente de Contratação ou Pregoeiro definirá o prazo para apresentação dos documentos complementares, que deve ser no mínimo de 2 (duas) horas, podendo ser prorrogado por tempo hábil necessário, sob pena de inabilitação da Licitante que não o cumprir.
- 8.11** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais quando houver dúvida quanto à sua validade.
- 8.12** Documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da sua tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, ou de outro idôneo que venha a substituí-lo, ou consularização pelos respectivos consulados ou embaixadas do país de origem.
- 8.13** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de contratação ou Pregoeiro suspenderá a sessão pública, comunicando às Licitantes participantes, durante a sessão em andamento, da nova data e hora para a sua continuidade.
- 8.14** Será inabilitada a Licitante provisoriamente vencedora que não comprovar as exigências para sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos no edital, ou por apresentá-los em desacordo com suas diretrizes e seus anexos.

9. DO MODO DE DISPUTA

- 9.1** O modo de disputa da licitação será o ABERTO, quando as Licitantes apresentam suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes (maior desconto) ou decrescentes (menor valor), a depender do critério de julgamento, conforme disposto no art. 56, inciso I, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 9.2** Conforme programação do sistema do Portal Eletrônico de Compras da Administração e respectiva condução do Agente de Contratação ou Pregoeiro, no modo de disputa aberto teremos:



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

- 9.2.1** As Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos em sessão pública com duração pré-definida e com duração prorrogada automaticamente quando houver lance ofertado dentro do limite de tempo definido.
- 9.2.2** A abertura do sistema para oferta de lances terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.2.3** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.
- 9.2.4** Não havendo novos lances, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema classificará em ordem conforme critério de julgamento e, divulgará os lances em ordem final de classificação.
- 9.2.5** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10. DA PROPOSTA ECONÔMICA**
- 10.1** A Licitante interessada deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta econômica conforme o critério de julgamento adotado no edital, até a data e o hora estabelecidas para abertura da sessão pública.
- 10.2** A apresentação da proposta econômica implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições e obrigações nela contida, devendo estar em conformidade com o disposto no anexo do edital, **Termo de Referência**, assumindo a Licitante proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como o de fornecer bens e serviços necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição ou reexecução.
- 10.3** Nas condições propostas deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços relativos ao objeto contratado.
- 10.4** As condições ofertadas, tanto na proposta inicial apresentada quanto na etapa de lances, vinculam juridicamente a Licitante participante, sendo de sua exclusiva responsabilidade, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 10.5** O prazo de validade da proposta deverá ser no mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura da sessão pública conforme estabelecida no preâmbulo do edital.
- 10.6** No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o disposto no edital e o constante no sistema eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do edital.
- 10.7** Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes até no máximo duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 10.8** As Licitantes participantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes constantes do anexo do edital, **Termo de Referência**, e devendo seguir as seguintes regras:
- 10.8.1** A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 10.8.2** Deve ser redigida no idioma nacional, **sem:**
- 10.8.2.1** Emendas,
- 10.8.2.2** Entrelinhas,
- 10.8.2.3** Rasuras,
- 10.8.2.4** Ressalvas e
- 10.8.2.5** Identificação do Licitante, salvo essa última, **permitida quando o modo de disputa for aberto.**
- 10.8.3** A proposta, em licitação no **modo de disputa fechado**, será sem identificação e sigilosa até a sessão de abertura, conforme disposto no art. 13, inciso I, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 10.8.4** A descrição do objeto deve ser de forma clara, observadas as especificações constantes no **Termo de Referência** e demais anexos do edital.
- 10.8.5** Quanto ao critério de julgamento:
- 10.8.5.1** No caso de critério de julgamento menor preço, em algarismos cardinais, expresso em moeda corrente nacional (Real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as especificações constantes no **Termo de Referência** e demais anexos do edital.
- 10.8.5.2** No caso de maior desconto, em algarismos cardinais indicando o desconto, expresso em valor percentual a ser aplicado sobre a tabela de preços discriminadas no objeto.
- 10.8.6** A proposta econômica deverá considerar, no mínimo, que **a licitante deverá ter condições de se obrigar, economicamente e financeiramente, com capacidade operacional disponível para atender, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a demanda total prevista em valor no edital**, com base nas unidades de bens ou serviços das tabelas referenciadas, exigências da Administração, conforme disposto no art. 82, incisos II e IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 10.8.7** **Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega, execução ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo, exigência essa da Administração, conforme disposto no art. 82, inciso III, da Lei Federal n.º 14.133/2021.**
- 10.9** Em caso de modo de disputa fechado, qualquer elemento apresentado, antes e durante a fase competitiva, no sistema eletrônico de lances, tais como a informação ou dado que possa identificar a Licitante participante de forma inequívoca, importará na sua desclassificação, ressalvada a possibilidade de saneamento de falhas meramente formais que não identifiquem a autoria de forma inequívoca para os demais competidores de modo a não comprometer a isonomia do certame.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

- 10.9.1** A restrição mencionada não se aplica aos documentos exigidos para pré-habilitação ou habilitação, tais como timbre ou logomarca, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa identificar a Licitante participante uma vez que o sistema bloqueará seu acesso e somente os disponibilizará após o encerramento da fase competitiva.
- 10.9.2** A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todas as Licitantes participantes.
- 10.9.3** A não desclassificação da proposta não impede, em julgamento definitivo, a desclassificação da Licitante provisoriamente vencedora, levado a efeito no encerramento fase de habilitação ou de eventual fase recursal, com a declaração de nova Licitante arrematante, subsequentemente mais bem classificada e devidamente habilitada.
- 10.10** Após abertura da sessão pública e já apresentada proposta pela Licitante participante, presume-se de forma inequívoca que ela aceitou plenamente todas as condições estabelecidas no edital.

11. DA SESSÃO PÚBLICA

- 11.1** A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio do Portal de Compras da Administração, na data, hora e local indicados no edital.
- 11.2** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação ou Pregoeiro e as Licitantes participantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 11.3** A Licitante participante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 11.4** A divulgação das propostas econômicas recebidas será realizada na sessão pública na forma como prevista no edital.
- 11.5** Havendo necessidade, poderá o Agente de Contratação ou Pregoeiro, suspender a sessão pública, informando no sistema a nova data e hora para a sua continuidade.
- 11.6** O preenchimento de proposta no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

12. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 12.1** Somente após concluída a pré-habilitação, haverá a divulgação das propostas econômicas recebidas.
- 12.2** O Agente de Contratação ou Pregoeiro iniciará a análise crítica das propostas apresentadas com o objetivo de:
- 12.2.1** Desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, que contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou que não apresentem as especificações exigidas no **Termo de Referência**.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 12.2.2** Poderá ser desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a identificação da Licitante participante, observado as disposições do capítulo **DA PROPOSTA ECONÔMICA** do edital.
- 12.3** A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todas as Licitantes participantes.
- 12.4** O sistema classificará automaticamente, em ordem conforme critério de julgamento, as propostas habilitadas e aceitas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 12.5** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens, somente entre o Agente de Contratação ou Pregoeiro e as Licitantes participantes.
- 13. DA FASE DE LANÇES - COMPETITIVA**
- 13.1** Iniciada a etapa competitiva, as Licitantes participantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 13.2** As Licitantes participantes poderão oferecer lances sucessivos, observando a hora fixada para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 13.3** O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento previsto no edital.
- 13.4** A Licitante participante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.
- 13.5** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1,0% (um por cento) do valor de referência ou melhor valor de lance proposto, apresentado conforme critério de julgamento definido no edital (art. 57, da Lei Federal n.º 14.133/2021).
- 13.6** A Licitante participante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 13.7** O procedimento seguirá de acordo com o capítulo do modo de disputa adotado.
- 13.8** Encerrada a fase competitiva, sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação ou Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da sessão pública de lances, justificadamente, em prol da consecução da melhor oferta.
- 13.9** Não havendo reinício da sessão pública, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores, no caso de critério de julgamento menor preço ou, decrescente, no caso de critério de maior desconto.
- 13.10** Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado para a Administração Pública.
- 13.11** No caso de desconexão com o condutor do certame, o Agente de Contratação ou Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da Licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às Licitantes para a recepção dos lances.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 13.12** Quando a desconexão do sistema eletrônico, para o Agente de Contratação ou Pregoeiro, persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 13.13** Caso a Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicialmente registrada.
- 13.14** As propostas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), em licitação na modalidade pregão, ou até 10% (dez por cento), nas demais modalidades, acima da melhor proposta ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada, conforme disposto no art. 44, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006.
- 13.15** A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 13.16** Caso a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais Licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem nos intervalos mencionados, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 13.17** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 13.17.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances das Licitantes participantes e não sendo elas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, os critérios de desempate serão aqueles previstos nos incisos I a IV, do art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 13.17.2** Persistindo o empate previsto no item anterior, será assegurado a preferência, sucessivamente, conforme disposição dos incisos do §1º e 2º, do art. 60, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 13.18** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de até 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação ou Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa, aberta para a definição das demais colocações.
- 13.19** Encerrada a fase competitiva de lances, o Agente de Contratação ou Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 14. DA FASE FINAL DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
- 14.1** Definida a classificação na fase competitiva, a Comissão de Contratação, o Agente de Contratação ou Pregoeiro, **poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada**, conforme regras dispostas no art. 64, da Lei Federal n.º 14.133/2021:



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 14.1.1** No caso da primeira colocada ter apresentado **proposta dentro do limite estabelecido no edital** e ,após o processo de renegociação retromencionado, ter ainda mantida a sua proposta sem maior vantajosidade para a Administração Pública, deverá ser ela mantida como primeira colocada, encerrando-se definitivamente a etapa de negociação.
- 14.1.2** No caso da primeira colocada ter apresentado **proposta fora do limite estabelecido no edital e não ter apresentado condições mais vantajosas no processo de renegociação previsto, será ela desclassificada** em razão de sua **proposta permanecer fora do limite definido pela Administração.**
- 14.1.3** Com a desclassificação prevista no item anterior, **o processo de renegociação também poderá ser iniciado, sucessivamente, com as demais Licitantes participantes**, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.
- 14.2** Encerrada a etapa de renegociação, o Agente de Contratação ou Pregoeiro verificará se a Licitante classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14, da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e condições de participação dispostas do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 14.2.1** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria - Geral da União:
<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/ceis>
- 14.2.2** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria - Geral da União:
<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/cnep>
- 14.2.3** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ:
https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php
- 14.2.4** Bolsa Eletrônica de Compras de São Paulo (BECSP):
https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx
- 14.2.5** Sistema Inabilitados e Inidôneos do Tribunal de Contas da União – TCU:
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:2:::NO:2::>
- 14.2.6** Certidão de apenados de impedimentos de Contrato/Licitação no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP:
<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>
- 14.3** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa Licitante e de seu sócio majoritário em atendimento ao disposto no art. 12 da Lei Federal n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e nas vedações da Lei Federal n.º 14.133/2021, visando impedir que pessoas físicas sancionadas utilizem novas empresas para contratar com o Poder Público.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 14.4** Caso conste na consulta de situação ocorrências impeditivas indiretas, o Agente de Contratação ou Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 14.4.1** A tentativa de burla ou fraude será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros, que se confirmada, sujeitará a Licitante infratora nas sanções administrativas previstas no edital.
- 14.4.2** A Licitante infratora será convocada para manifestação antes de uma eventual desclassificação e sanção administrativa.
- 14.4.3** Constatada a existência de sanção as diligências realizadas, a Licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.
- 14.5** Caso a Licitante, provisoriamente classificada em primeiro lugar, tenha se utilizado de algum tratamento favorecido destinado exclusivamente às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, o Agente de Contratação ou Pregoeiro verificará se ela faz jus ao benefício.
- 14.5.1** O enquadramento como às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte é definido pelo art. 3º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, em razão da receita anual bruta auferida pela entidade, considerando o “produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia”.
- 14.5.2** O limite atual de receita para ser considerada microempresa é de R\$ 360.000,00 e de R\$ 4.800.000,00 para empresa de pequeno.
- 14.5.3** Nas contratações com prazo de vigência superior a um ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites mencionados no item anterior, conforme art. 4º, § 3º, Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 14.5.4** Para fins de tratamento diferenciado nas contratações públicas, os agricultores familiares, os produtores rurais pessoas físicas, os microempreendedores individuais (MEI) e as sociedades cooperativas são equiparados a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, art. 3º-A, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, art. 34, da Lei Federal n.º 11.488/2007, arts. 1º e 13, do Decreto Federal 8.538/2015.
- 14.5.5** O tratamento diferenciado para as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte **não poderá ser invocado** nas hipóteses relacionadas a seguir:
- 14.5.5.1** Quando a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte estiver enquadrada nas condições definidas no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006;
- 14.5.5.2** Nas contratações cujo valor estimado supere a receita bruta anual máxima admitida para enquadramento como Empresas de Pequeno Porte, conforme disposto no art. 4º, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 14.5.5.3** Quando, no ano-calendário de realização da licitação, a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte tenha celebrado contratos com órgãos e entidades da administração cujos valores somados extrapolem a receita bruta anual máxima admitida para fins de



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

- 14.5.5.3.1** Para verificação dos valores somados, o Agente de Contratação ou Pregoeiro deverá consultar o PNCP para verificar se os contratos celebrados pela empresa não extrapolam esse valor.
- 14.5.5.4** A Licitante deve apresentar declaração de observância desses limites para ter direito ao regime diferenciado, conforme disposto no anexo do edital, **Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**.
- 14.5.6** Na constatação de alguma das hipóteses impeditivas para ter direito ao regime diferenciado, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte participará do certame em igualdade de condições com os demais licitantes.
- 14.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação ou Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade da oferta quanto ao estipulado para contratação no edital e em seus anexos.
- 14.7** Deverão ser apresentados, para fins de julgamento de proposta:
- 14.7.1** Proposta econômica readequada com preços unitários e valor global de acordo com o critério de julgamento oferecido (menor preço ou maior desconto), de forma linear, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (Real), de acordo com a negociação feita no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação do pregoeiro no sistema, considerando o atendimento das condições estabelecidas no edital e seus anexos.
- 14.7.1.1** A proposta econômica deve ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela Licitante ou seu representante legal.
- 14.7.2** Nas licitações com critério de julgamento por maior desconto, o percentual de desconto apresentado pela Licitante incide linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do edital, conforme disposto no art. 32, do Decreto Municipal n.º 2.954/2023.
- 14.7.3** Sob pena de desclassificação, deverá a Licitante vencedora apresentar declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas econômicas.
- 14.8** O Agente de Contratação ou Pregoeiro corrigirá eventuais erros com operações aritméticas, sendo que prevalecerá, para efeito de julgamento, o valor corrigido, com base nas quantidades fornecidas pelo edital e nos preços unitários ofertados.
- 14.9** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 14.9.1** Contiver vícios insanáveis.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 14.9.2** Não obedecer às especificações constantes do **Termo de Referência**.
- 14.9.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
- 14.9.4** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública.
- 14.9.5** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 14.10** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a Licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 14.10.1** Para indícios de inexequibilidade deve-se observar o disposto no art. 40, do Decreto Municipal n.º 2.954/2023.
- 14.11** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor ou órgão requisitante ou da área especializada no objeto.
- 14.12** Classificada a proposta, o Agente de Contratação ou Pregoeiro dará início à fase de habilitação da Licitante mais bem classificada, conforme critério de julgamento, mediante a verificação da documentação exigida pelo edital.
- 15. DA HABILITAÇÃO**
- 15.1** Os documentos previstos no **Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 15.2** No caso da licitação obedecer a sequência normal de fases dispostas no art. 17, incisos I a VII, da Lei Federal n.º 14.133/2021, concluída a fase de julgamento, a Licitante vencedora, caso não tenha encaminhado concomitantemente com entrega da proposta econômica inicial, deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, a **Documentação de Habilitação**, por meio do Portal Eletrônico de Compras da Administração Pública, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** contados da solicitação do Agente de Contratação ou Pregoeiro, responsável pela condução do certame.
- 15.2.1** Os documentos gerados em formato digital, preferencialmente no formato “pdf” (Portable Document Format – Formato Portátil de Documento), digitalizados individualmente, deverão ser compactados em um único arquivo digital, limitado ao tamanho de 200 Mega Bytes (MB), conforme instrução da provedora do Portal Eletrônico de Compras da Administração.
- 15.3** O Agente de Contratação ou Pregoeiro e/ou Autoridade Superior poderá promover diligências necessárias a fim de esclarecer a instrução do processo e/ou solicitar documentação complementar no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da solicitação do Agente de Contratação ou Pregoeiro no sistema.
- 15.4** Se a Proposta não for aceitável ou se a Licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação ou Pregoeiro examinará a proposta da Licitante mais bem



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

classificada subsequente e assim sucessivamente, pela ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

15.5 Estando a documentação de habilitação completa e conforme todos os dispositivos aplicáveis do edital e seus anexos, o Agente de Contratação ou Pregoeiro considerará a proponente habilitada e arrematante do certame, ficando convocada a realizar a assinatura do contrato ou ata de registro de preços.

15.5.1 Desde que previsto no Termo de Referência, na fase de julgamento, o Agente de Contratação ou Pregoeiro poderá, em relação à Licitante vencedora, convocar a realização de análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da requisitante, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

15.6 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata circunstanciada divulgada no Portal Eletrônico de Compras da Administração, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

15.7 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem às cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios.

15.8 Os documentos necessários à habilitação, listados nos capítulos seguintes do edital, deverão ser encaminhados exclusivamente por meio do Portal Eletrônico de Compras da Administração conforme prazo observado pela sequência da fase de habilitação especificado no edital.

15.8.1 No caso de certidões digitais emitidas por meios eletrônicos do órgão competente emissor, a sua autenticação mediante verificação de veracidade e validade será feita pela Administração.

15.8.2 No caso de cópias não autenticadas, o Agente de Contratação ou Pregoeiro poderá exigir a apresentação dos originais para autenticação da sua cópia.

16. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO JURÍDICA

16.1 Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

16.2 Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores.

16.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

16.4 Apresentação do documento de identidade do sócio ou de seu representante legal.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 17. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**
- 17.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), referente à sede da Licitante e suas filiais envolvidas no fornecimento do objeto.
- 17.2** Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo à sede ou ao domicílio do Licitante, pertinente ao ramo de atividade da Licitante e compatível com seu objeto contratual.
- 17.3** Certidão Conjunta Negativa relativa aos Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751, de 2 de outubro de 2014.
- 17.4** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 17.5** Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal.
- 17.6** Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal (relativa ao ISSQN - tributos mobiliários), relativo à sede ou domicílio da Licitante.
- 17.7** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho.
- 17.8** Serão aceitas, para fins de regularidade fiscal e trabalhista, certidões positivas, com efeitos de negativa, nos termos da legislação em vigor.
- 17.9** As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente restrição, conforme disposto no art. 43, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006.
- 17.9.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a Licitante for declarada vencedora do certame, ou seja, ainda no curso da licitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme disposto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006.
- 17.9.2** A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital.
- 17.9.3** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento, a empresa deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade trabalhista, mesmo que tenha restrições, conforme disposto no art. 63, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 18. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**
- 18.1** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme disposto no art. 69, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2026

PROCESSO N.º 9.895/2026

- 18.2** Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente assinados pelo profissional contabilista, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento, devidamente registrado em seus órgãos de competência, conforme disposto no art. 69, inciso I, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 18.2.1** Os documentos Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, conforme disposto no art. 69, § 6º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 18.2.2** Somente as Licitantes que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, documentos esses já exigíveis para atender as disposições da Lei Federal n.º 8.541/1992.
- 18.2.3** Para o **fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais**, não será exigido da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte, a apresentação de Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, liberalidade essa a critério da Administração, seguindo o disposto no art. 3º, do Decreto Federal n.º 8.538/2015, com as seguintes ressalvas:
- 18.2.3.1** Para contratação de obras, serviços e bens de **entrega parcelada**, é obrigatória a apresentação de Balanço Patrimonial e demais documentos nos termos do edital, inclusive das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- 18.2.3.2** Ata decorrente de Sistema de Registro de Preços **não é considerada pronta entrega**, caso em que é obrigatório a apresentação de Balanço Patrimonial e demais documentos, inclusive das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- 18.2.4** Demonstrativos dos seguintes Índices Econômico-financeiros, dados extraídos do balanço apresentado, com os seguintes requisitos:

Índice de Liquidez Geral (ILG), igual ou superior a 1,00 (um):

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passível Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

Índice de Solvência (IS), igual ou superior a 1,00 (um):

$$\text{IS} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo} + \text{Ativo Permanente}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passível Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

18.2.5 Além dos requisitos relativos aos Índices Econômico-financeiros, a Licitante deverá comprovar que possui capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação, conforme disposto no art. 69, § 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

18.2.6 No caso de pessoas jurídicas constituídas em forma de consórcio, exigir-se-á acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor exigido no item anterior, não se aplicando tal acréscimo aos consórcios compostos, em sua totalidade, de Microempresas e Pequenas Empresas, assim definidas em lei, conforme disposições do art. 15, §§ 1º e 2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

19. DOCUMENTAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

19.1 A empresa especializada deverá apresentar atestado que comprove que já executou o objeto da licitação, de modo satisfatório, bens e produtos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da licitação.

19.2 O atestado ou certidão deverá ser apresentado em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado por autoridade ou representante de quem o expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade ou comprovação de qualquer quantitativo.

20. DOCUMENTOS PARA OUTRAS COMPROVAÇÕES

20.1 Declaração, conforme modelo no anexo do edital, **Modelo de Declarações**, assinada por representante legal da Licitante, que afirme, sob as penas da lei, que:

20.1.1 Não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho a menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos de idade, conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.

20.1.2 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras formas específicas.

20.1.3 Tem pleno conhecimento das condições e normas técnicas exigidas para o objeto do edital, bem como de que aceita todas as condições e exigências nele contidas e em seus anexos.

20.1.4 Se compromete a manter, durante toda vigência do contrato ou ata de registro de preços, equipe técnica qualificada e estoque mínimo de materiais necessários à execução do objeto do edital.

20.1.5 Inexistem as situações que impliquem em nepotismo.

20.1.6 Em caso de empresas em recuperação judicial:

20.1.6.1 Está ciente de que no momento da assinatura do contrato ou ata de registro de preços deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e ainda,



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

declaração, relatório ou documento equivalente a juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação está sendo cumprido.

20.1.6.2 Está ciente de que no momento da assinatura do contrato ou ata de registro de preços deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

20.1.7 Assume compromisso de comunicar eventual fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, incluindo a condenação judicial em proibição de contratar com o Poder Público ou o de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, condenação essa transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, consequência de ato de improbidade administrativa.

20.1.8 Não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021, no âmbito da administração pública direta e indireta da Estância Turística de Embu das Artes e, no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.

20.1.9 As propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

20.2 As declarações retromencionadas, quando aplicável, deverão ser elaboradas em papel timbrado da Licitante e subscritas pelo seu representante legal, facultando-se a seu critério subjetivo, a elaboração de declarações individualizadas.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

21.1 Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ.

21.1.1 Caso a Licitante seja uma filial, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ, exceto nas situações em que, pela própria natureza, os documentos forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

21.2 Se a Licitante for a matriz e o fornecedor do bem for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente.

21.3 Não serão aceitos documentos do tipo protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos exigidos pelo edital, inclusive no que se refere às certidões.

21.4 Após a inserção no sistema dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

21.4.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pela Licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

21.4.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 21.5** Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação ou Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.6** Preferencialmente, os documentos deverão ser apresentados sequencialmente, de acordo com o solicitado neste Edital.
- 21.7** Não serão aceitos documentos com prazo de validade vencidos, sendo que documentos sem prazo de validade definido, deverão ter sido emitidos em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, da data prevista para a abertura da sessão.
- 21.8** As declarações constantes nos anexos do edital deverão ser assinadas por seu representante legal, sendo o sócio ou seu procurador.
- 21.8.1** Admitir-se-á assinatura eletrônica na forma do Art. 2º, inciso II, da Lei Federal n.º 14.063/2020.
- 21.8.2** No caso de documento assinado por procurador, deve ser apresentada a procuração conforme disposto no capítulo Credenciamento Eletrônico do edital.
- 21.9** Os documentos elaborados pela Licitante, devem ser redigidos em língua portuguesa, na forma datilografada mecanicamente ou digitada eletronicamente, formato timbrado, sem emendas, entrelinhas, ressalvas e rasuras, devendo a última página ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 22. DO RECURSO ADMINISTRATIVO**
- 22.1** Declarado a Licitante vencedora, será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer Licitante participante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.
- 22.1.1** A ausência do registro de intenção de interpor recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a preclusão da oportunidade de interposição de recurso.
- 22.1.2** Registrada a intenção de interposição de recurso, o manifestante recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema,
- 22.1.3** Após registro da intenção de interposição de recurso, ficarão as demais Licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem suas contrarrazões, também em campo próprio do sistema eletrônico, em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 22.1.4** O termo inicial dos prazos referidos será o dia útil subsequente ao do registro da intenção de interposição de recurso ou, no caso para apresentação das contrarrazões, aquele dia útil após a apresentação das razões recursais pelo recorrente.
- 22.2** O recurso deve ser dirigido à Autoridade Competente que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou,



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

no mesmo prazo, encaminhar recurso para a Autoridade Superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.3 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

22.4 Será assegurado à Licitante interessada, vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

22.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

23. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

23.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

23.1.1 Na hipótese de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

23.1.2 Quando houver erro na aceitação da proposta mais bem classificada ou

23.1.3 Quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato ou ata de registro de preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista.

23.1.4 Nas hipóteses mencionadas, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

23.2 Todas as Licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão que será reaberta.

23.3 A convocação se dará por meio do canal de comunicação do sistema eletrônico ou endereço eletrônico das Licitantes (e-mail), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

24. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

24.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, conforme art. 71, da Lei Federal n.º 14.133/2021, o processo licitatório será encaminhado pelo Agente de Contratação ou Pregoeiro à autoridade superior que poderá:

24.1.1 Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades.

24.1.2 Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.

24.1.3 Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

24.1.4 Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

24.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

24.3 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

24.4 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados, ou seja, abertura de prazo para interposição de recurso conforme disposições aplicáveis do capítulo Do Recurso Administrativo do edital.

24.5 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

25. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTO DE PREÇOS

25.1 Encerrada a fase de homologação e adjudicação, a Administração, respeitando-se a ordem de classificação e a quantidade de Promitentes Fornecedoras a serem registradas, convocará os interessados para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, assinarem a Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no edital.

25.2 O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação da adjudicatária antes do decurso do prazo assinalado, com justo motivo justo, aceito pela Administração.

25.3 A Promitente Fornecedoradora deverá providenciar, como condição para a assinatura da Ata de Registro de Preços:

25.3.1 Indicação do responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços, com seu nome completo, documento de identidade (tipo, número de inscrição, órgão emissor e unidade da federação), número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF).

25.3.2 Indicação do seu representante, preposto com autoridade para tomar decisões, durante a execução da Ata de Registro de Preços, com seu nome completo, documento de identidade (tipo, número de inscrição, órgão emissor e unidade da federação), número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF).

25.3.3 Cópia do documento de identidade da pessoa responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços, sendo ela representante legal ou procurador devidamente constituído.

25.3.4 Instrumento público ou particular de mandato, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando o assinante não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social.

25.3.4.1 Instrumento particular de mandato deve estar com firma reconhecida, nos termos do art. 654, §§ 1º e 2º, da Lei Federal n.º 14.406/2002 (Código Civil).

25.3.4.2 O instrumento de mandato pode ser original, cópia autenticada ou cópia comum que será autenticada pelo agente de contratação ou comissão de contratação no ato da apresentação junto com o instrumento original.

25.3.4.3 O instrumento de mandato será aceito desde que conste outorga de poderes com designação e extensão de poderes conferidos, pelo representante legal da Promitente Fornecedoradora, para praticar todos os atos relativos a Ata de Registro de Preços.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

- 25.3.5** Estatuto ou contrato Social da empresa, caso tenham ocorrido alterações que envolvam a representação legal da licitante, após a realização da sessão pública.
- 25.3.6** Documentos apresentados na fase de habilitação que, por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, estiverem com a data de validade vencida.
- 25.4** A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preço dentro do prazo estabelecido enseja a aplicação das penalidades estabelecidas no edital, a perda da garantia de proposta, quando houver, e autoriza a Administração a acionar o cadastro de reserva, se houver.
- 25.5** A assinatura da Ata de Registro de Preços implica assumir inteira a responsabilidade pelo fornecimento dos produtos licitados.
- 25.6** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 25.7** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

26. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

- 26.1** Após a adjudicação, as demais Licitantes que concordem em igualar sua proposta ao da Licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.
- 26.2** O cadastro de reserva será incluído na ata, na forma de anexo do edital, Cadastro Reserva, e poderá ser acionado quando houver:
 - 26.2.1** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata.
 - 26.2.2** O cancelamento parcial ou integral da ata.
- 26.3** A análise dos documentos de habilitação das Licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.
- 26.4** A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.
- 26.5** Na hipótese de nenhum das Licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
 - 26.5.1** Convocar as Licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário ou
 - 26.5.2** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelas Licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

27. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 27.1** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços decorrente da licitação será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período e se aplicável, com renovação dos quantitativos, desde que comprovado o preço vantajoso, prorrogação essa a ser formalizada pôr termo aditivo, com observância das disposições do Decreto Municipal n.º 2.954/2023 e art. 84, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 27.2** Os preços ou descontos propostos não serão objeto de reajustamento ou alteração na vigência da Ata de Registro de Preços uma vez que estão vinculados às tabelas da SINAPI, SICRO, CDHU, SIURB, FDE E SBC:
- 27.2.1** SINAPI (Caixa/IBGE): Atualizada mensalmente, geralmente com os dados do mês anterior;
- 27.2.2** SICRO (DNIT): Atualização mensal ou conforme a necessidade, focada em obras de infraestrutura de transportes;
- 27.2.3** CDHU (SP): Geralmente atualizada mensalmente para referenciar custos de habitação.
- 27.2.4** SIURB (SP): Tabelas de custos de infraestrutura urbana da prefeitura de São Paulo, também com periodicidade frequente.
- 27.2.5** FDE (SP): Atualizadas periodicamente pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação para obras escolares.
- 27.2.6** SBC (Tabela de Custos): Periodicidade varia, focada em orçamentos específicos.

28. PREÇO E DOTAÇÃO

- 28.1** Os preços e suas unidades de medida a serem adotados na Ata de Registro de Preços serão os contidos nas tabelas mencionadas no objeto, considerando a aplicação da proposta econômica da Licitante, a quem foi adjudicado a Ata de Registro de Preços, conforme estabelecido nos termos da Lei 14.133/2021.
- 28.2** Os preços e suas unidades de medida, com a aplicação da proposta econômica da Licitante, devem abranger todos os custos diretos e indiretos, bem como impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais incidentes sobre o objeto, incluindo frete e outras despesas até o local de entrega designado pela Administração.
- 28.3** O preço, com a aplicação da proposta econômica da Licitante, multiplicado por seus quantitativos contratados de unidades de medida será a única e total remuneração devida pelo cumprimento adequado e integral da Ata de Registro de Preços, não sendo devida qualquer outra forma de remuneração.
- 28.4** As despesas decorrentes da execução deste Registro de Preços irão onerar, de acordo com cada solicitação de compra de material e/ou serviço, a Dotação Orçamentária do orçamento fiscal vigente.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

28.4.1 Na licitação para registro de preços, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato, conforme disposto no art. 76, § 2º, do Decreto Municipal n.º 2.954/2023.

29. DA GESTÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

29.1 O objeto, quando contratado, deverá ser gerido e executado conforme disposto no Termo de Referência.

30. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

30.1 Os pagamentos serão efetuados conforme medições mensais dos serviços efetivamente executados, com base no preço unitário registrado, após ateste da fiscalização e apresentação da documentação fiscal e outros documentos que demonstrem a regularidade da contratada.

30.2 As demais condições de pagamento estão dispostas no Termo de Referência.

30.3 As cláusulas referentes ao recebimento dos produtos e pagamento estão detalhadas na minuta de Termo da Ata de Registro de Preços, anexo do edital.

30.4 O objeto da contratação poderá ser recebido de forma provisória ou definitivamente pela contratante conforme o disposto no art. 140, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e art. 121, do Decreto Municipal 2.957/2023:

30.4.1 Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

30.4.2 Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento provisório, se outro não tiver sido o prazo estipulado no referido ajuste, mediante termo que comprove o atendimento das exigências contratuais.

30.5 Se for constatado que os produtos e serviços entregues estão irregulares, não correspondem às especificações, serão rejeitados. .

30.6 Havendo atraso nos pagamentos não decorrentes de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da CONTRATADA, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

31. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

31.1 Será observado o que está disposto no Decreto Municipal n° 2.954/2023 sobre a nomeação de fiscais e o acompanhamento da execução até o término da Ata de Registro de Preços.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 31.2** A Contratada indicará servidor em momento oportuno para fiscalização da execução contratual.
- 31.3** A fiscalização por parte dessa Secretaria não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, a responsabilidade da Contratada em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização da Contratante.
- 31.4** A gestão do contrato será realizada pelo Secretário Municipal de Obras, o Sr. João Roberto José Paes, que acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 31.5** O gestor do contrato, tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

32. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 32.1** A Licitante, Contratada, ou Detentora será responsabilizada, conforme disposto no art. 155, da Lei Federal n.º 14.133/2021, pelas infrações administrativas a seguir descritas:
- 32.1.1** Dar causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços;
- 32.1.2** Dar causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 32.1.3** Dar causa à inexecução total do Contrato ou Ata de Registro de Preços;
- 32.1.4** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 32.1.5** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 32.1.6** Não celebrar o Contrato, Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 32.1.7** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 32.1.8** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 32.1.9** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato ou Ata de Registro de Preços;
- 32.1.10** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 32.1.11** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 32.1.12** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei n.º 12.846/2013, (Lei sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira).
- 32.2** Sobre as infrações administrativas:
- 32.2.1** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias contínuos será considerado como inexecução total do Contrato ou da Ata de Registro de Preços;



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 32.2.2** A recusa injustificada para cumprimento integral de obrigação contratual será considerada como inexecução total do Contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- 32.2.3** No caso de inexecução total, além da aplicação de sanção, deverá ser rescindido o respectivo instrumento ajustado, salvo razões de interesse público devidamente motivadas por ato da Administração.
- 32.2.4** Configurada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual, a Licitante, Contratada ou Detentora será notificada para apresentar a justificativa para o descumprimento que incorreu, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação ou ciência.
- 32.2.4.1** A justificativa apresentada pela Licitante será analisada pelo Agente de Contratação ou Pregoeiro.
- 32.2.4.2** A justificativa apresentada pela Contratada ou Detentora, será analisada pelo Fiscal designado.
- 32.2.4.3** Após a análise, o responsável, mediante ato motivado, apresentará sua manifestação a respeito e a submeterá à decisão da autoridade competente conforme disposto no art. 125 do Decreto Municipal n.º 2.954/2023.
- 32.2.4.4** Rejeitada a justificativa, o responsável submeterá o ato de rejeição à autoridade competente para que se decida sobre o encaminhamento para a instauração do processo de apuração de responsabilidade, salvo quando não for ela a autoridade instauradora e julgadora.
- 32.2.4.5** Antes da instauração do referido processo, poderá ser solicitado à autoridade máxima da Administração, a concessão de prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da publicação ou da ciência, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.
- 32.2.4.6** As competências das autoridades estão dispostas no art. 2º, do Decreto Municipal n.º 2.294/2023.
- 32.3** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas anteriormente previstas, que descumprirem total ou parcialmente, as penalidades descritas no artigo 156, da Lei Federal n.º 14.133/2021, quais sejam:
- 32.3.1** Advertência;
- 32.3.2** Multa;
- 32.3.3** Impedimento de licitar e contratar;
- 32.3.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 32.4** Na aplicação das penalidades serão consideradas as circunstâncias previstas no art. 156, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, a seguir descritas:
- 32.4.1** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 32.4.2** As peculiaridades do caso concreto;
- 32.4.3** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 32.4.4** As danos que dela provierem para a Administração;



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 32.4.5** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 32.5** A sanção “**Advertência**” será aplicada exclusivamente pela infração administrativa “**dar causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços**”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no art. 156, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, com as seguintes disposições:
- 32.5.1** A sanção “**Advertência**” consiste em comunicação formal à Licitante, Contratada ou Detentora, será aplicada nas seguintes hipóteses:
- 32.5.1.1** Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, de **pequena relevância**, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave, tais como, o atraso na entrega do bem ou serviço e situações de natureza correlatas, independentemente da aplicação da multa;
- 32.5.1.2** Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de **pequena relevância**, e situações de natureza correlatas, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- 32.5.1.3** Considera-se **pequena relevância** o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como não causem prejuízos à Administração.
- 32.6** A sanção “**Multa**”, calculada na forma do Edital, do Contrato ou Ata de Registro de Preços, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e **será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas**, conforme disposto no art. 156, § 3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, com as seguintes diretrizes:
- 32.6.1** A sanção de “**Multa**” poderá ser aplicada cumulativamente com as demais, conforme disposto no art. 156, § 7º, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 32.6.2** O atraso injustificado na execução do Contrato ou Ata de Registro de Preços sujeitará o contratado a **multa de mora de 1% (um por cento) por dia** de atraso no fornecimento, até o limite de 30% (trinta por cento), correspondente a (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- 32.6.2.1** A aplicação de **multa de mora** não impedirá que a Administração a converta em **multa compensatória** e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas.
- 32.6.3** **Multa compensatória de 10% (dez por cento)** sobre o valor total da adjudicação da licitação, nos casos de recusa injustificada da Licitante arrematante em assinar o Contrato ou Ata de Registro de Preços;
- 32.6.3.1** Se a recusa em assinar o Contrato ou Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade julgadora poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

- 32.6.4 Multa compensatória de até 10% (dez por cento)** sobre o valor total de referência da licitação, adjudicado pela Licitante, na hipótese de ela retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:
- 32.6.4.1** Deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
 - 32.6.4.2** Desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
 - 32.6.4.3** Tumultuar a sessão pública da licitação;
 - 32.6.4.4** Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de a Licitante enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 123/2006;
 - 32.6.4.5** Propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório;
 - 32.6.4.6** Outras situações de natureza correlatas.
- 32.6.5 Multa compensatória de até 10% (dez por cento)** sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da Ata de Registro de Preços, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
- 32.6.5.1** Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo de vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços;
 - 32.6.5.2** Permanecer inadimplente após a aplicação da sanção administrativa de advertência;
 - 32.6.5.3** Deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos em legislação aplicável, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - 32.6.5.4** Não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;
 - 32.6.5.5** Manter empregado sem qualificação para a execução do objeto contratado;
 - 32.6.5.6** Utilizar as dependências da contratante para fins diversos do objeto contratado;
 - 32.6.5.7** Tolerar, no cumprimento do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, situação apta a gerar ou causar dano, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
 - 32.6.5.8** Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
 - 32.6.5.9** Deixar de repor empregados faltosos;
 - 32.6.5.10** Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
 - 32.6.5.11** Deixar de cumprir com obrigações trabalhistas tais como pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do objeto contratado nas datas avençadas;
 - 32.6.5.12** Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
 - 32.6.5.13** Outras situações de natureza correlatas.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 32.6.6** **Multa compensatória de 5% (cinco por cento)** sobre o valor total adjudicado ao Licitante, na hipótese entregar o objeto contratado em desacordo com as especificações, condições e qualidade especificadas no Termo de Referência ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- 32.6.7** **Multa compensatória de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do adjudicado ao Licitante, quando ele der causa à rescisão contratual.
- 32.6.8** O atraso para apresentação, execução, prestação e obrigação contratual ou licitatória, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, termo inicial a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o seu cumprimento.
- 32.6.9** A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas compensatórias previstas, cumulando-se os respectivos valores.
- 32.6.10** Na hipótese de deixar a Licitante ou Contratada de pagar a multa aplicada a tempo e modo devidos, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:
- 32.6.10.1** Se a multa aplicada for superior ao valor da soma de faturas subsequentes ao mês do inadimplemento, elas terão retenção de pagamento, e responderá o Licitante ou Contratado pela diferença não retida, devidamente atualizada monetariamente e acrescida de juros e encargos legais, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Administração ou cobrados judicialmente;
- 32.6.10.2** Inscrição em dívida ativa não tributária, por meio de processo administrativo próprio.
- 32.7** A sanção **“Impedimento de licitar e contratar”** será aplicada ao responsável pelas **infrações administrativas previstas nos itens 32.1.2 a 32.1.7**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme disposto no art. 156, § 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, a contar da sua inscrição no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no cadastro junto ao TCE/SP.
- 32.8** A sanção **“Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar”** será aplicada ao responsável pelas **infrações administrativas previstas nos itens 32.1.8 a 32.1.12**, bem como **pelas infrações administrativas previstas nos itens 32.1.2 a 32.1.7** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item anterior 32.6, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme disposto no art. 156, § 5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 32.8.1** A sanção **“Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar”** será precedida de análise jurídica de órgão competente e posterior aplicação de competência exclusiva de secretário municipal da secretaria contratante, conforme disposto no art. 156, § 6º, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e art. 125, inciso I do Decreto Municipal n.º 2.954/2023.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 32.8.2** A autoridade máxima, quando do julgamento se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento à Controladoria Geral do Município e à Procuradoria Geral do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.
- 32.9** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao sancionado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme disposto no art. 156, § 8º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 32.10** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração, conforme disposto no art. 156, § 9º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 32.11** Na aplicação da sanção “Multa”, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 32.12** A aplicação das sanções “**Impedimento de licitar e contratar**” e “**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**” requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidas, e intimará a Licitante, a Contratada ou Detentora, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme disposto no art. 158, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 32.12.1** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a Licitante, a Contratada ou Detentora poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, conforme disposto no art. 158, § 2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 32.12.2** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas, conforme disposto no art. 158, § 3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 32.12.3** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será, conforme disposto no art. 158, § 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021:
- 32.12.3.1** Interrompida pela instauração do processo de responsabilização referido anteriormente;
- 32.12.3.2** Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei Federal n.º 12.846/2013;
- 32.12.3.3** Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
- 32.13** Os atos previstos como infrações administrativas que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei, conforme disposto no art. 159, da Lei Federal n.º 14.133/2021

32.14 As sanções administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto na legislação aplicável, no instrumento convocatório ou equivalente ou no instrumento contratual, hipótese em que serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

32.15 A autoridade julgadora, mediante ato motivado e sob os critérios da razoabilidade e proporcionalidade, poderá agravar, abrandar ou isentar a aplicação das penalidades, assim como adotar prazo ou percentual diverso de que trata o Decreto Municipal n.º 2.954/2023.

32.16 O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o adjudicatário ou contratado infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

33. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

33.1 A aceitação da proposta vencedora pela Administração, obriga os seus proponentes à execução do objeto desta licitação, pelo preço ajustado;

33.2 Pela elaboração e apresentação da “Proposta Econômica e Habilitação”, as empresas não terão direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie;

33.3 A Administração poderá solicitar, de qualquer licitante, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e entendimento da “Proposta Econômica ou Habilitação” apresentada;

33.4 A licitante que não puder comprovar a veracidade dos elementos informativos apresentados à Administração, quando solicitados eventualmente neste sentido, será automaticamente excluída da presente licitação;

33.5 É facultado ao Agente de Contratação ou Pregoeiro e à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou dos documentos de habilitação.

33.6 Durante o julgamento da habilitação e das propostas, o Agente de Contratação ou Pregoeiro poderá corrigir erros ou falhas que não alterem o conteúdo das propostas ou documentos, desde que não afetem sua validade jurídica. Essas correções serão devidamente fundamentadas, registradas em ata e acessíveis a todos, conferindo-lhes validade e eficácia para efeitos de habilitação e classificação.

33.7 A inobservância do prazo fixado para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta e/ou inabilitação da licitante.

- 33.8** O pessoal da empresa vencedora para o fornecimento dos materiais/produtos, objeto da presente licitação, não poderá ter vínculo empregatício algum com a Administração, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa o pagamento de salários e encargos previdenciários advindos da legislação vigente;
- 33.9** A apresentação das propostas implica que as empresas participantes conheçam a legislação municipal pertinente, bem como aceitam todos os termos do edital, e seus anexos;
- 33.10** A aceitação da proposta vencedora pela Administração obriga os seus proponentes à execução do objeto desta licitação, pelo preço ajustado;
- 33.11** A simples participação da empresa nesta licitação caracteriza sua concordância:
- 33.11.1** Que esta licitação poderá ser anulada, se ocorrer irregularidade no seu processo ou julgamento, e poderá ser revogada, a juízo exclusivo da Administração, caso seja julgada inoportuna ou inconveniente para o interesse público, não cabendo aos participantes o direito de ressarcimento de qualquer despesa;
- 33.11.2** Que é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata de Registro de Preços.
- 33.12** Durante o julgamento da habilitação e das propostas, o Agente de Contratação ou Pregoeiro poderá corrigir erros ou falhas que não alterem o conteúdo das propostas ou documentos, desde que não afetem sua validade jurídica. Essas correções serão devidamente fundamentadas, registradas em ata e acessíveis a todos, conferindo-lhes validade e eficácia para efeitos de habilitação e classificação.
- 33.13** As normas desta licitação serão interpretadas de maneira a promover a ampla participação e seguindo o princípio do formalismo moderado, sempre respeitando a igualdade de oportunidades entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança do processo de contratação.
- 33.14** As licitantes arcarão com todos os custos relacionados à preparação e apresentação de suas propostas, e a Administração não será responsável por tais custos, independentemente do resultado do processo licitatório.
- 33.15** As licitantes são responsáveis pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase do certame.
- 33.16** A prestação de declarações falsas poderá configurar o crime previsto no art. 299 do Código Penal, além de outras penalidades administrativas previstas na legislação pertinente.
- 33.16.1** Tal ocorrência implicará na desqualificação da licitante, caso seja constatada durante o processo licitatório, seguindo o devido processo legal.
- 33.17** A licitante vencedora deve comunicar à Administração qualquer alteração em seus dados cadastrais para atualização, garantindo que durante toda a execução da Ata de Registro de



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

Preços, permaneçam em conformidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

33.18 A Ata de Registro de Preços, suas alterações e rescisões seguirão as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como outras normas complementares e disposições contidas neste Edital, aplicáveis à execução dos Ata de Registro de Preços, inclusive nos casos omissos.

33.19 A revogação ou anulação da licitação seguirá os procedimentos e normas previstos no art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

33.20 As dúvidas surgidas na aplicação do presente edital, bem como os casos omissos, serão resolvidas pelo Agente de Contratação ou Pregoeiro.

33.21 E para conhecimento do público, expede-se o presente edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo (D.O.E.) e em 1 (um) jornal de grande circulação.

33.22 Fica eleito o foro da Comarca de Embu das Artes como competente para apreciar todas as questões decorrentes do certame, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

33.23

34. ANEXOS

34.1 ANEXO I: Termo de Referência (TR) e seu Anexo I

34.2 ANEXO IV: Modelo de Declarações Diversas

34.3 ANEXO V: Minuta de Ata de Registro de Preços

34.4 ANEXO VI: Minuta de Cadastro Reserva de Ata de Registro de Preços

34.5 ANEXO VII: Minuta do Contrato;

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes, 03 (três) de junho de 2026 (dois mil e vinte e seis).

LUIS FERNANDO FERREIRA DE SOUZA
Secretário Municipal de Segurança Pública



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) e seu ANEXO I



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÕES DIVERSAS

À

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Secretaria Municipal de Suprimentos

Licitação: Pregão Eletrônico n.º [informar nr]/2026

A [informar nome/razão social da licitante], inscrita no CNPJ sob n° [informar o CNPJ], com sua sede situada em [informar endereço completo da sede da licitante: logradouro, número, complemento, bairro, cidade/unidade da federação, CEP], telefone [informar telefone contato com DDD e número], endereço eletrônico (e-mail) [informar endereço eletrônico], por intermédio de seu representante legal, Sr.[informar nome do representante legal da licitante], portador(a) do documento de Identidade n°[informar tipo, número, órgão emissor e unidade da federação] e do CPF n° [informar número do CPF], DECLARA:

1. Não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, de acordo com o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal;
2. Tem pleno conhecimento das condições e normas técnicas exigidas, bem como de que aceita todas as condições e exigências do presente Edital;
3. Se compromete a manter, durante toda vigência do contrato, equipe técnica qualificada e estoque mínimo de materiais necessários à execução do objeto deste Edital;
4. Para o caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e ainda, declaração, relatório ou documento equivalente a juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação está sendo cumprido;
5. Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas;
6. Declaração de compromisso de comunicação de eventual fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;
7. Declaração de que a Licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta da Estância Turística de Embu das Artes e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos;
8. Que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

9. Que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
10. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
11. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
12. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
13. Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos (Prefeito, Vice-prefeito, Secretários e Diretores de Autarquias Municipais) na Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes.
14. Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

[informar local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

assinatura e identificação do representante legal

ou procurador da Licitante:

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:

Documento deve ser elaborado em papel timbrado da licitante

e subscrito pelo seu representante legal da Licitante.

Faculta-se a elaboração de declarações individualizadas.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° ____/2026

Em [informar dia] de [informar o mês] de [informar ano] a **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES**, situada à Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, 114, Centro, Embu das Artes, SP, inscrita no CNPJ n° 46.523.114/0001-17, neste ato representada pelo seu Secretário Municipal de Obras, o **Sr. João Roberto José Paes**, doravante denominada **ÓRGÃO**, e do outro lado à empresa [informar razão social da empresa], inscrita no CNPJ n.º [informar número CNPJ], Inscrição Estadual n.º [informar número inscrição estadual], estabelecida à [informar endereço-logradouro], CEP [informar CEP], telefone [informar DDD e número telefone], doravante denominada **DETENTORA**, neste ato representada pelo Sr(a). [informar nome representante legal da empresa], portador documento de identidade [informar tipo, número, órgão emissor e estado da federação], inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Física (CPF) sob n.º [informar número CPF], endereço eletrônico (e-mail) [informar e-mail], telefone [informar DDD e número telefone], nos termos da Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal n.º 2.954 de 12 de dezembro de 2021, bem como demais legislações pertinentes, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO N° [informar número]/2026 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° [informar número]/2026**, resolve registrar os preços para [informar objeto da licitação], conforme descrito e especificado no **anexo TERMO DE REFERÊNCIA** do referido processo licitatório, que fica fazendo parte integrante desta Ata, consoante às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 1.1** A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** tem por objeto a [informar o objeto conforme disposto no edital], sob demanda, conforme especificações e quantitativos constantes desta Ata de Registro de Preços, do anexo **Termo de Referência** do Edital referenciado no preâmbulo desse instrumento, da proposta da **DETENTORA**, assim como todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, independentemente de transcrição.
- 1.2** A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a **DETENTORA** da ata ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à **DETENTORA** da ata sua preferência em igualdades de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO DO OBJETO E DA GESTÃO CONTRATUAL



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 2.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam do anexo **Termo de Referência** do Edital referenciado no preâmbulo desse instrumento, parte integrante deste Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

- 3.1 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, prorrogação a ser formalizada com observância das disposições do Decreto Municipal n.º 2.954/2023 e suas alterações, da Lei Federal n.º 14.133/2021, no que couber, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado e ainda haja vantagem para o **ÓRGÃO**.
- 3.2 Os preços propostos não serão objeto de reajustamento nos 12 (doze) primeiros meses de sua vigência.
- 3.3 Na hipótese de prorrogação, após o decurso do prazo de vigência inicial da Ata de Registro de Preço, poderão os preços serem reajustados, a contar da data de apresentação da proposta econômica, pela variação acumulada do índice IPCA-IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou outro que venha a substituí-lo no caso de alteração.
- 3.4 Caso a **DETENTORA** não tenha interesse na prorrogação do ajuste, deverá comunicar esta decisão por escrito ao **ÓRGÃO**, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, sob pena de incidência de penalidade prevista.
- 3.5 Na ausência de expressa oposição, o ajuste será prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.
- 3.6 A não prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, por conveniência do **ÓRGÃO**, não gerará a **DETENTORA** o direito a qualquer espécie de indenização.
- 3.7 Não obstante ao prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a contratação futura de bens e serviços estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício fiscal do **ÓRGÃO**, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1 Os valores a serem registrados na Ata de Registro de Preços corresponde à R\$ _____ (), sendo que ele gera apenas expectativa de contratação.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

- 4.2 Nos preços unitários, ora registrados, já estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas, bem como os impostos incidentes, ficando certo de que nenhum outro ônus caberá ao **ÓRGÃO**, além do pagamento do preço constante na proposta adjudicada da **DETENTORA** que faz parte integrante desta ata.
- 4.3 Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pelo **ÓRGÃO** à **DETENTORA**.
- 4.4 As despesas decorrentes, da execução da Ata de Registro de Preços, irão onerar de conforme cada pedido do **ÓRGÃO**, utilizando sua disponibilidade na dotação orçamentária vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas contratadas para o exercício subsequente, onerar as dotações do orçamento subsequente.
- 4.5 As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO, LOCAL PARA ENTREGA, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

- 5.1 O fornecimento do objeto será feito conforme anexo **Termo de Referência** do Edital referenciado no preâmbulo desse instrumento, que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.
- 5.2 O fornecimento efetivado do objeto da Ata de Registro de Preços deverá receber o ateste do Fiscal de Contrato designado pelo **ÓRGÃO**, documento de ateste que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme cláusula desse instrumento relativa do pagamento.
- 5.3 A fiscalização será executada de acordo com as disposições do Decreto Municipal nº 2.954/2023.
- 5.4 O objeto contratual será recebido consoante às disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas municipais pertinentes.
- 5.5 O recebimento e aceite do objeto pelo **ÓRGÃO** não exclui a responsabilidade civil da **DETENTORA** por vícios de quantidade ou qualidade dos materiais e serviços com as especificações estabelecidas conforme anexo **Termo de Referência** do Edital referenciado no preâmbulo desse instrumento, verificadas posteriormente.
- 5.6 Os produtos deverão ser entregues, conforme especificações constantes no anexo **Termo de Referência** do Edital referenciado no preâmbulo desse instrumento.
- 5.7 A formalização da conclusão do objeto contratado conforme Ordem de Fornecimento deverá ser formalizado junto ao Fiscal de Contrato.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

- 5.8** O objeto contratado será recebido provisoriamente, no ato de entrega, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Edital.
- 5.9** Não serão aceitos bens e serviços que não atendam às especificações técnicas, exceto com configurações superiores e devidamente aprovados pela área técnica responsável do **ÓRGÃO**, devidamente formalizado junto com o documento de ateste do Fiscal de Contrato.
- 5.10** O recebimento definitivo do objeto contratado se dará dentro do prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, depois da verificação da sua qualidade, quantidade e consequente aceitação.
- 5.11** Caso não esteja de acordo com especificações constantes no anexo **Termo de Referência** do Edital referenciado no preâmbulo desse instrumento, a **DETENTORA** deverá ser intimada para que no prazo de 5 (cinco) dias providencie as correções, substituições ou retrabalhos necessários para atender as especificações exigidas.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

- 6.1** O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, juntamente com os documentos exigíveis conforme disposto no Edital referenciado no preâmbulo desse instrumento.
- 6.2** Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 6.3** Os pagamentos serão efetuados em conformidade com o fornecimento do objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal ou nota fiscal/fatura, descontados os eventuais débitos da **DETENTORA**, inclusive os decorrentes de multas.
- 6.4** A **DETENTORA** deverá apresentar a Nota Fiscal correspondente ao objeto contendo as seguintes informações:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º [informe nr/ano]

PROCESSO N.º [informe nr/ano]

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º [informe nr/ano]

- 6.5** Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia dela deverá acompanhar os demais documentos.
- 6.6** A **DETENTORA** deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:
- a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
 - b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros –



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- CND – ou outra equivalente na forma da lei;
- c) Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de domicílio ou sede da Detentora;
 - d) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- 6.7 Em se tratando de empresa, quando solicitado pela administração, também deverá apresentar:
- a) Relação atualizada dos empregados vinculados à execução da Ata de Registro de Preços;
 - b) Folha de frequência dos empregados vinculados à execução da Ata de Registro de Preços;
 - c) Folha de pagamento dos empregados vinculados à execução da Ata de Registro de Preços;
 - d) Cópia do Protocolo de envio de arquivos, emitido pela conectividade social (GFIP/SEFIP);
 - e) Cópia da Relação dos Trabalhadores constantes do arquivo SEFIP do mês anterior ao pedido de pagamento;
 - f) Cópia da Guia quitada do INSS (GPS), correspondente ao mês da última fatura vencida;
 - g) Cópia da Guia quitada do FGTS (GRF), correspondente ao mês da última fatura vencida.
- 6.8 Por ocasião de cada pagamento serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.
- 6.9 A não apresentação de certidões negativas de débito, ou certidão positiva de débito com efeito de negativa, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.
- 6.10 O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da **DETENTORA**.
- 6.11 Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Fazenda, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.
- 6.12 Havendo atraso nos pagamentos não decorrentes de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da **DETENTORA**, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “*pro-rata tempore*”, em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA EXTINÇÃO

- 7.1 É regida pelas disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, do Decreto Municipal n.º 2.954/2023 e da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, e das demais normas complementares aplicáveis.
- 7.2 Pode ser prorrogada conforme disposto no artigo 84, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 7.3 Se extingue quando vencido o prazo nela estipulada, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 7.4 Pode ser extinta antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **ÓRGÃO**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Ata de Registro de Preços não mais lhe oferece vantagem.
- 7.5 Pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 7.6 Pode ser extinta na hipótese do art. 138 da Lei Federal n.º 14.133/2021, observando-se também as disposições do art. 139 da mesma Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 8.1 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o **ÓRGÃO** convocará a **DETENTORA** para negociar a redução do preço registrado.
- 8.1.1 A recusa da **DETENTORA** em reduzir seus preços na forma prevista anterior implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da **DETENTORA**, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 8.2 Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a ata, o **ÓRGÃO** convocará a **DETENTORA** para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.
- 8.2.1 A recusa da **DETENTORA** em reduzir seus preços na forma prevista no item anterior implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.
- 8.3 Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à **DETENTORA** da Ata requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:
- 8.3.1 Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
- 8.3.2 Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.
- 8.4 O **ÓRGÃO** decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.
- 8.5 Durante o período de análise do pedido, o **ÓRGÃO**, mediante solicitação da **DETENTORA**, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.
- 8.6 Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 8.3, a **DETENTORA** fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.
- 8.7 Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a **DETENTORA** não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a **DETENTORA** liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

- 8.8** Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso.
- 8.9** A revisão dos preços registrados em ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

CLÁUSULA NONA – DO CADASTRO RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1** Está estabelecido, na pasta do presente processo, o registro dos licitantes que integraram o cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.
- 9.2** A ordem de classificação, disposta no item anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.
- 9.3** A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1** Os licitantes vencedores serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 0 (cinco) dias, contados a partir da data de homologação do certame.
- 10.2** O prazo estabelecido no inciso anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo **ÓRGÃO**.
- 10.3** É facultado ao **ÓRGÃO**, quando o licitante vencedor convocado não assinar a Ata no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, nos termos desta Ata, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 10.4** A recusa injustificada do licitante vencedor ou dos classificados no cadastro reserva em assinar a Ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades previstas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONTRATAÇÃO

- 11.1** A **DETENTORA** está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.
- 11.2** As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas, mediante a assinatura de termo de contrato OU retirada da ordem de fornecimento, respeitado o prazo de vigência da Ata.
- 11.3** A **DETENTORA** será convocada para assinatura do termo de contrato ou retirada da ordem de fornecimento no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 11.4** O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da Detentora da Ata antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.
- 11.5** O não comparecimento ou a recusa injustificada da **DETENTORA** em assinar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas no edital.
- 11.6** Na hipótese do item anterior, o **ÓRGÃO** poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

- 12.1** Das obrigações da **DETENDORA**:
- 12.1.1** Garantir total qualidade dos bens e serviços contratados;
- 12.1.2** Entregar todos os produtos/materiais objeto do presente Ata de Registro de Preços, obedecendo as especificações e obrigações descritas no anexo **Termo de Referência** do Edital referenciado no preâmbulo desse instrumento, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento;
- 12.1.3** Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à Detentora a ocorrência de tais fatos;
- 12.1.4** Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes do fornecimento do objeto;
- 12.1.5** Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, à Detentora ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;
- 12.1.6** Manter, durante o prazo de fornecimento da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.1.7** Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei.
- 12.1.8** Não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto da Ata de Registro de Preços, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.
- 12.2** Das obrigações do **ÓRGÃO** (Gerenciador da Ata):
- 12.2.1** Exigir o cumprimento das obrigações deste Ata de Registro de Preços e das disposições legais que a regem;
- 12.2.2** Realizar o acompanhamento do presente Ata de Registro de Preços, comunicando à **DETENTORA** as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 12.2.3** Comunicar à **DETENTORA**, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração e ou endereço de cobrança;
- 12.2.4** Exercer a fiscalização da Ata de Registro de Preços, indicando, formalmente, o gestor e o fiscal para acompanhamento da execução contratual;
- 12.2.5** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **DETENTORA**, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- 12.2.6** Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente Ata de Registro de Preços;
- 12.2.7** Aplicar as penalidades previstas neste Ata de Registro de Preços, em caso de descumprimento pela **DETENTORA** de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- 12.2.8** Exigir da **DETENTORA**, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
- 12.2.9** Indicar e formalizar o responsável pela fiscalização da Ata de Registro de Preços, a quem competirá o acompanhamento da entrega, nos termos do Decreto Municipal n.º 2954/2023;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 13.1** A Licitante, Contratada, ou Detentora será responsabilizada, conforme disposto no art. 155, da Lei Federal n.º 14.133/2021, pelas infrações administrativas a seguir descritas:
 - 13.1.1** Dar causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços;
 - 13.1.2** Dar causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços que cause grave dano à administração pública, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 13.1.3** Dar causa à inexecução total do Contrato ou Ata de Registro de Preços;
 - 13.1.4** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 13.1.5** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 13.1.6** Não celebrar o Contrato, Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 13.1.7** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 13.1.8** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 13.1.9** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato ou Ata de Registro de Preços;
 - 13.1.10** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 13.1.11** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 13.1.12** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei n.º 12.846/2013, (Lei sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira).
- 13.2** Sobre as infrações administrativas:



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 13.2.1** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias contínuos será considerado como inexecução total do Contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- 13.2.2** A recusa injustificada para cumprimento integral de obrigação contratual será considerada como inexecução total do Contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- 13.2.3** No caso de inexecução total, além da aplicação de sanção, deverá ser rescindido o respectivo instrumento ajustado, salvo razões de interesse público devidamente motivadas por ato da Administração Pública.
- 13.2.4** Configurada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual, a Licitante, Contratada ou Detentora será notificada para apresentar a justificativa para o descumprimento que incorreu, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação ou ciência.
 - 13.2.4.1** A justificativa apresentada pela Licitante será analisada pelo Agente de Contratação ou Pregoeiro.
 - 13.2.4.2** A justificativa apresentada pela Contratada ou Detentora, será analisada pelo Fiscal designado.
 - 13.2.4.3** Após a análise, o responsável, mediante ato motivado, apresentará sua manifestação a respeito e a submeterá à decisão da autoridade competente conforme disposto no art. 125 do Decreto Municipal n.º 2.954/2023.
 - 13.2.4.4** Rejeitada a justificativa, o responsável submeterá o ato de rejeição à autoridade competente para que se decida sobre o encaminhamento para a instauração do processo de apuração de responsabilidade, salvo quando não for ela a autoridade instauradora e julgadora.
 - 13.2.4.5** Antes da instauração do referido processo, poderá ser solicitado à autoridade máxima da Administração Pública, a concessão de prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da publicação ou da ciência, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.
 - 13.2.4.6** As competências das autoridades estão dispostas no art. 2º, do Decreto Municipal n.º 2.294/2023.
- 13.3** Na aplicação das penalidades serão consideradas as circunstâncias previstas no art. 156, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, a seguir descritas:
 - 13.3.1** A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 13.3.2** As peculiaridades do caso concreto;
 - 13.3.3** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 13.3.4** As danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 13.3.5** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4** A sanção “**Advertência**” será aplicada exclusivamente pela infração administrativa “**dar causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços**”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no art. 156, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, com as seguintes disposições:



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 13.4.1** A sanção “**Advertência**” consiste em comunicação formal à Licitante, Contratada ou Detentora, será aplicada nas seguintes hipóteses:
- 13.4.1.1** Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, de **pequena relevância**, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave, tais como, o atraso na entrega do bem ou serviço e situações de natureza correlatas, independentemente da aplicação da multa;
- 13.4.1.2** Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de **pequena relevância**, e situações de natureza correlatas, a critério da Administração Pública, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- 13.4.1.3** Considera-se **pequena relevância** o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como não causem prejuízos à Administração Pública.
- 13.5** A sanção “**Multa**”, calculada na forma do Edital, do Contrato ou Ata de Registro de Preços, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e **será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas**, conforme disposto no art. 156, § 3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, com as seguintes diretrizes:
- 13.5.1** A sanção de “Multa” poderá ser aplicada cumulativamente com as demais, conforme disposto no art. 156, § 7º, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 13.5.2** O atraso injustificado na execução do Contrato ou Ata de Registro de Preços sujeitará o contratado a **multa de mora de 1% (um por cento) por dia** de atraso no fornecimento, até o limite de 30% (trinta por cento), correspondente a à (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- 13.5.2.1** A aplicação de **multa de mora** não impedirá que a Administração Pública a converta em **multa compensatória** e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas.
- 13.5.3** **Multa compensatória de 10% (dez por cento)** sobre o valor total da adjudicação da licitação, nos casos de recusa injustificada da Licitante arrematante em assinar o Contrato ou Ata de Registro de Preços;
- 13.5.3.1** Se a recusa em assinar o Contrato ou Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade julgadora poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.
- 13.5.4** **Multa compensatória de até 10% (dez por cento)** sobre o valor total de referência da licitação, adjudicado pela Licitante, na hipótese de ela retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:
- 13.5.4.1** Deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 13.5.4.2 Desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- 13.5.4.3 Tumultuar a sessão pública da licitação;
- 13.5.4.4 Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de a Licitante enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 123/2006;
- 13.5.4.5 Propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório;
- 13.5.4.6 Outras situações de natureza correlatas.
- 13.5.5 **Multa compensatória de até 10% (dez por cento)** sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da Ata de Registro de Preços, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
 - 13.5.5.1 Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo de vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços;
 - 13.5.5.2 Permanecer inadimplente após a aplicação da sanção administrativa de advertência;
 - 13.5.5.3 Deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração Pública, os documentos exigidos em legislação aplicável, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - 13.5.5.4 Não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração Pública;
 - 13.5.5.5 Manter empregado sem qualificação para a execução do objeto contratado;
 - 13.5.5.6 Utilizar as dependências da contratante para fins diversos do objeto contratado;
 - 13.5.5.7 Tolerar, no cumprimento do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, situação apta a gerar ou causar dano, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
 - 13.5.5.8 Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração Pública;
 - 13.5.5.9 Deixar de repor empregados faltosos;
 - 13.5.5.10 Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
 - 13.5.5.11 Deixar de cumprir com obrigações trabalhistas tais como pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do objeto contratado nas datas avençadas;
 - 13.5.5.12 Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
 - 13.5.5.13 Outras situações de natureza correlatas.
- 13.5.6 **Multa compensatória de 5% (cinco por cento)** sobre o valor total adjudicado ao Licitante, na hipótese entregar o objeto contratado em desacordo com as especificações, condições e qualidade especificadas no Termo de Referência ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- 13.5.7 **Multa compensatória de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do adjudicado ao Licitante, quando ele der causa à rescisão contratual.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

- 13.5.8** O atraso para apresentação, execução, prestação e obrigação contratual ou licitatória, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, termo inicial a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o seu cumprimento.
- 13.5.9** A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas compensatórias previstas, cumulando-se os respectivos valores.
- 13.5.10** Na hipótese de deixar a Licitante ou Contratada de pagar a multa aplicada a tempo e modo devidos, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:
- 13.5.10.1** Se a multa aplicada for superior ao valor da soma de faturas subsequentes ao mês do inadimplemento, elas terão retenção de pagamento, e responderá o Licitante ou Contratado pela diferença não retida, devidamente atualizada monetariamente e acrescida de juros e encargos legais, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Administração Pública ou cobrados judicialmente;
- 13.5.10.2** Inscrição em dívida ativa não tributária, por meio de processo administrativo próprio.
- 13.6** A falha na execução da Ata de Registro de Preços, para fins de aplicação das penalidades previstas, estará configurada quando a **DETENTORA** se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a Tabela 1 deste item, e alcançar o total de 100 (cem) pontos, cumulativamente.

TABELA 1 – GRADUAÇÃO DE INFRAÇÕES

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

- 13.6.1** Os pontos serão computados a partir da aplicação da penalidade, com prazo de depuração de 12 (doze) meses.
- 13.6.2** Sendo a infração objeto de recurso administrativo, os pontos correspondentes ficarão suspensos até o seu julgamento e, sendo mantida a penalidade, serão computados, observado o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da aplicação da penalidade.
- 13.6.3** Multa 1% (um por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços por dia de atraso no fornecimento dos materiais/produtos, até o máximo de 10 (dez) dias.
- 13.6.3.1** No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo do **ÓRGÃO**, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços, além da



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.6.4 Multa por inexecução parcial da Ata de Registro de Preços: 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.6.5 Multa por inexecução total da Ata de Registro de Preços: 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.6.6 Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o **ÓRGÃO** aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor mensal da Ata de Registro de Preços
2	0,4% do valor mensal da Ata de Registro de Preços
3	0,8% do valor mensal da Ata de Registro de Preços
4	1,6% do valor mensal da Ata de Registro de Preços
5	3,2% do valor mensal da Ata de Registro de Preços
6	4,0% do valor mensal da Ata de Registro de Preços

TABELA 3 – APLICÁVEL NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado e por ocorrência
2	Fornecimento incompleto ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
3	Fornecer informação falsa ou substituição de material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento contratual.	6	Por dia e por tarefa designada
5	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
6	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto da Ata de Registro de Preços.	5	Por ocorrência
7	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
8	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em Ata de Registro de Preços, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
Para os itens a seguir, <u>deixar de</u>:			
9	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
10	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
11	Cumprir horário estabelecido pelo Ata de Registro de Preços ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
12	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
13	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
14	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços nas datas avençadas.	6	Por mês
15	Efetuar os recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS.	6	Por mês
16	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local do fornecimento do objeto.	1	Por ocorrência e por dia
17	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
18	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula referente às condições de pagamento.	1	Por ocorrência e por dia
19	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força da Ata de Registro de Preços.	2	Por ocorrência e por dia
20	Cumprir quaisquer dos itens da Ata de Registro de Preços e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	1	Por item e por ocorrência



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
21	Cumprir quaisquer dos itens da Ata de Registro de Preços e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	2	Por item e por ocorrência

- 13.6.7** A Contratante, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), em advertência, uma única vez a cada 6 (seis) meses, a contar da data da conversão da aplicação da penalidade, mantendo-se o cômputo de pontos.
- 13.6.8** Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do gestor da Ata de Registro de Preços uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, tais como salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da categoria e constantes na planilha de composição de custo, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à contratada multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o Ata de Registro de Preços será rescindida.
- 13.6.9** O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à **DETENTORA** da Ata.
- 13.6.10** Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a **DETENTORA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.
- 13.6.11** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **DETENTORA** ao **ÓRGÃO**, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 13.6.12** Caso haja rescisão, atrair-se-ão os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 13.6.13** Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal n.º 14.133/21, observados os prazos nele fixados.
- 13.7** A sanção “**Impedimento de licitar e contratar**” será aplicada ao responsável pelas **infrações administrativas previstas nos itens 13.1.2 a 13.1.7**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme disposto no art. 156, § 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, a contar da sua inscrição no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no cadastro junto ao TCE/SP.
- 13.8** A sanção “**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**” será aplicada ao responsável pelas **infrações administrativas previstas nos itens 13.1.8 a 13.1.12**, bem como **pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.2 a 13.1.7** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item anterior 32.6, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de**



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2026

PROCESSO N.º 9.895/2026

todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme disposto no art. 156, § 5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

- 13.8.1** A sanção **“Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar”** será precedida de análise jurídica de órgão competente e posterior aplicação de competência exclusiva de secretário municipal da secretaria contratante, conforme disposto no art. 156, § 6º, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e art. 125, inciso I do Decreto Municipal n.º 2.954/2023.
- 13.8.2** A autoridade máxima, quando do julgamento se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento à Controladoria Geral do Município e à Procuradoria Geral do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.
- 13.9** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública ao sancionado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme disposto no art. 156, § 8º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 13.10** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, conforme disposto no art. 156, § 9º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 13.11** Na aplicação da sanção “Multa”, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 13.12** A aplicação das sanções **“Impedimento de licitar e contratar”** e **“Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar”** requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidas, e intimará a Licitante, a Contratada ou Detentora, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme disposto no art. 158, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 13.12.1** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a Licitante, a Contratada ou Detentora poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, conforme disposto no art. 158, § 2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 13.12.2** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas, conforme disposto no art. 158, § 3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 13.12.3** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será, conforme disposto no art. 158, § 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021:
- 13.12.3.1** Interrompida pela instauração do processo de responsabilização referido anteriormente;
- 13.12.3.2** Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei Federal n.º 12.846/2013;
- 13.12.3.3** Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 13.13** Os atos previstos como infrações administrativas que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei, conforme disposto no art. 159, da Lei Federal n.º 14.133/2021
- 13.14** As sanções administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto na legislação aplicável, no instrumento convocatório ou equivalente ou no instrumento contratual, hipótese em que serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.
- 13.15** A autoridade julgadora, mediante ato motivado e sob os critérios da razoabilidade e proporcionalidade, poderá agravar, abrandar ou isentar a aplicação das penalidades, assim como adotar prazo ou percentual diverso de que trata o Decreto Municipal n.º 2.954/2023.
- 13.16** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o adjudicatário ou contratado infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste Ata de Registro de Preços poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 14.2** Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente Ata de Registro de Preços, serão dirigidos aos seguintes endereços:

ÓRGÃO: informar endereço completo, telefone, endereço eletrônico

DETENTORA: informar endereço completo, telefone, endereço eletrônico

- 14.3** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.
- 14.4** Fica a **DETENTORA** ciente de que a assinatura deste termo de Ata de Registro de Preços indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.
- 14.5** A **DETENTORA** deverá comunicar o **ÓRGÃO** toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

- 14.6** No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pelo edital.
- 14.7** São partes integrantes deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da Ata de Registro de Preços e a Ata da Sessão Pública do processo licitatório referenciado no preâmbulo desse instrumento.
- 14.8** Para a execução deste Ata de Registro de Preços, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, sejam de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Ata de Registro de Preços, ou de outra forma a ele não relacionados, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

- 14.9** Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Ata de Registro de Preços, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de Ata de Registro de Preços, em 3 (três) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

Estância Turística de Embu das Artes, [dia] de [mês por extenso] de [ano].

ÓRGÃO:

[nome completo do secretário(a)]
Secretário(a) Municipal da [nome secretaria]

DETENTORA:

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]
[nome da detentora]

TESTEMUNHAS:

1) _____

CPF: _____

2) _____

CPF: _____



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

DETENTORA: [informar nome da detentora]

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº [informe nr/ano]

OBJETO: [informar o objeto da ata de registro de preços].

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração de Atualização Cadastral” anexa;
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados..

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Estância Turística de Embu das Artes, [dia] de [mês por extenso] de [ano].



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo: Prefeito.

CPF:

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME, GESTOR, ORDENADOR DE DESPESAS E RESPONSÁVEL QUE ASSINARÁ O AJUSTE PELO ÓRGÃO:

Nome:

Cargo:..

CPF:..

[nome completo do secretário(a)]

Secretário(a) Municipal da [nome secretaria]

Responsável que assinará o ajuste pela DETENTORA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

[NOME DO RESPONSÁVEL PELA
DETENTORA]

[nome da detentora]

FISCAL DO AJUSTE PELA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

FISCAL



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

CNPJ Nº: 46.523.114/0001-17

DETENTORA: [informar nome da detentora]

CNPJ Nº: [informar CNPJ da detentora]

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº [informe nr/ano]

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

OBJETO: [informar o objeto da ata de registro de preços].

VALOR: R\$ _____ ()

Declaro (amos), na qualidade de responsável (is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Estância Turística de Embu das Artes, [dia] de [mês] de [ano].

[nome completo do secretário(a)]

Secretário(a) Municipal da [nome secretaria]



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

ANEXO VI

MINUTA DO CADASTRO DE RESERVA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

C.N.P.J.: 46.523.114/0001-17.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº [informe nr/ano]

OBJETO: [informar o objeto da ata de registro de preços].

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **aceitaram** cotar os itens com **preços, descontos e condições iguais** ao adjudicatário:

FORNACEDOR (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QUANT	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **mantiveram sua proposta original**:

FORNACEDOR (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QUANT	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

Estância Turística de Embu das Artes, [dia] de [mês] de [ano].

[nome completo do secretário(a)]

Secretário(a) Municipal da [nome secretaria]



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

DETENTORA: [informar nome da detentora]

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº [informe nr/ano]

OBJETO: [informar o objeto da ata de registro de preços].

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

3. Estamos CIENTES de que:

- f) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- g) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- h) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- i) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração de Atualização Cadastral” anexa;
- j) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados..

4. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- c) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- d) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Estância Turística de Embu das Artes, [dia] de [mês por extenso] de [ano].



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo: Prefeito.

CPF:

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME, GESTOR, ORDENADOR DE DESPESAS E RESPONSÁVEL QUE ASSINARÁ O AJUSTE PELO ÓRGÃO:

Nome:

Cargo:..

CPF:..

[nome completo do secretário(a)]

Secretário(a) Municipal da [nome secretaria]

Responsável que assinará o ajuste pela DETENTORA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

[NOME DO RESPONSÁVEL PELA

DETENTORA]

[nome da detentora]

FISCAL DO AJUSTE PELA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

FISCAL



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

CNPJ Nº: 46.523.114/0001-17

DETENTORA: [informar nome da detentora]

CNPJ Nº: [informar CNPJ da detentora]

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº [informe nr/ano]

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA: 1 (ano).

OBJETO: [informar o objeto da ata de registro de preços].

VALOR: R\$ _____ ()

Declaro (amos), na qualidade de responsável (is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Estância Turística de Embu das Artes, [dia] de [mês] de [ano].

[nome completo do secretário(a)]

Secretário(a) Municipal da [nome secretaria]



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

ANEXO VII MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° ____/2026

Aos __ () dias do mês de _____ de 2026, pelo presente termo de contrato, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE EMBU DAS ARTES**, com sede na Av. Andrônico dos Prazeres Gonçalves, 114, Centro – Embu das Artes/SP – CEP: 06803-415, inscrito no CNPJ 46.523.114/0001-17, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Obras, o **Sr. _____** e o Secretário Municipal de Obras, o **Sr. João Roberto José Paes**, e a ora chamada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, com sede na Rua _____, n.º _____, no Município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representada por _____, portador do RG n.º ____ e CPF n.º _____, doravante designado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente ajuste, decorrente da **Ata de Registro de Preços n.º [informar nr]/2026**, oriundo da **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2026**, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal n.º 2.954/2023, e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas, têm entre si justo e contratado, o que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

- 1.1** O objeto do presente contrato é _____, conforme Solicitação n.º ____/2026, e seus anexos, da Secretaria de _____, extraído da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º ____/2026** cujo objeto é a **Prestação de Serviços Comuns de Engenharia para Manutenção, Adequação, Reformas, Adaptação e Ampliação de Prédios, Logradouros Públicos, de Praças e Canteiros Públicos no Município de Embu das Artes, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, em conformidade com a Tabela de Preços Unitários sem desoneração da SINAPI, SICRO, CDHU, SIURB, FDE e SBC**, nas condições estabelecidas no Memorial Descritivo e demais anexos, em conformidade com a Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA 2ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

- 2.1** O regime de execução será de empreitada por _____.
- 2.2** A obra será executada de acordo com os serviços relacionados na planilha orçamentária e demais anexos, iniciada somente após a emissão da competente Ordem de Serviço.
- 2.3** A Contratante poderá, em qualquer ocasião, exercer a mais ampla fiscalização das obras, reservando-se o direito de rejeitá-las a seu critério, quando não forem consideradas satisfatórias.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

- 2.4** A fiscalização, por parte da Contratante, não eximirá a contratada das responsabilidades previstas no Código Civil por danos que vier a causar à administração pública ou à terceiros, seja por seus atos, de seus operários ou prepostos, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 2.5** O gerenciamento e a fiscalização do contrato serão exercidos por agente da Secretaria Municipal de Obras, o qual deverá prestar toda a assistência e orientação que se fizerem necessárias.
- 2.6** A Contratada se incumbirá de providenciar o Diário de Ocorrências, que permanecerá no canteiro de obras, disponível para os devidos lançamentos, o qual será composto de 2 (duas) partes:
- 2.6.1** Na primeira, serão obrigatoriamente registrados pela Contratada, os problemas construtivos, as consultas à fiscalização municipal e as soluções adotadas, bem como as datas de conclusão das etapas caracterizadoras de serviços de acordo com o cronograma;
- 2.6.2** Na segunda, é obrigatório o registro pela fiscalização, no que concerne anotações dos serviços, o ritmo e qualidade de execução de seus recursos, problemas construtivos e todas as suas determinações.

CLÁUSULA 3ª – PRAZOS DE INÍCIO DA EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 3.1** O prazo de vigência do presente contrato será de **[informar prazo]**, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nas formas da lei.
- 3.2** O prazo de início da execução dos serviços será de **[informar prazo]**, a contar da emissão da Ordem de Serviço, conforme Cronograma Físico-Financeiro.

CLÁUSULA 4ª – DA GARANTIA, MEDIÇÕES, PAGAMENTO E INADIMPLEMENTO.

- 4.1** A Contratante pagará à Contratada, pela obra elencada na Cláusula 1ª, os valores unitários constantes na planilha de orçamento que integra o presente instrumento.
- 4.2** O valor total do presente Contrato é de R\$ **[informar valor numérico e por extenso]**.
- 4.3** Os preços que vigorarão neste Contrato, corresponderão aos custos unitários constantes das tabelas SINAPI, SICRO, CDHU, SIURB, FDE e/ou SBC, aos quais se aplicará o Desconto Final de **[informar valor porcentual e por extenso]**%. Tais preços constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços, e pelo pagamento dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras despesas.
- 4.4** As despesas da execução deste contrato serão suportadas pela dotação nº **[informar dotação orçamentária]**.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

- 4.5** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão das respectivas faturas, através e de acordo com cada medição, previamente examinada e aprovada pelo fiscal deste Contrato.
- 4.5.1** As medições deverão ser efetuadas mensalmente contemplando os serviços concluídos em cada segmento considerado.
- 4.5.2** Havendo atraso nos pagamentos não decorrentes de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da Contratada, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.
- 4.6** A Contratada deverá apresentar, junto com a fatura, cópia das guias de recolhimentos dos encargos trabalhistas e previdenciários da obra, referente ao mês de competência respectivo.
- 4.7** Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.
- 4.8** A Contratada presta garantia para assegurar a plena execução do contrato correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, que correspondente a R\$ **[informar valor numérico e por extenso]**, em uma das modalidades previstas no art. 96, da Lei 14.133/2021, a saber:
- 4.8.1** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia, a ser recolhida junto ao departamento de Tesouraria, situada na Av. Andrônico dos Prazeres Gonçalves, 114 – Embu das artes/SP – CEP 06803-415;
- 4.8.2** Seguro-garantia;
- 4.8.3** Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- 4.8.4** Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023).
- 4.9** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.10** Nos termos do §7º, do artigo 25, da Lei 14.133/2021, o reajuste poderá ser anual, a partir da data base das tabelas oficiais utilizadas para elaboração da planilha orçamentária, até a data do adimplemento de cada parcela, com base na tabela INCC-DI - Índice Nacional de Construção Civil;
- 4.11** Na eventualidade de desequilíbrio econômico-financeiro será revisto recomposição de preços mesmo que inferior ao período de um ano. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da execução da obra, objetivando a manutenção de equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

- 4.12** Caberá à Contratada, em requerimento endereçado à Secretaria de Obras, devidamente protocolado, pleitear a aplicação do reajuste de preços ao contrato.
- 4.13** Nos preços indicados estão incluídos, além dos lucros, todas as despesas de custos, como materiais, mão de obra, equipamentos, transportes, seguros, cargas, encargos sociais e trabalhistas, limpeza do local durante a execução da obra, custos e benefícios, tributos e quaisquer outras despesas direta ou indiretamente relacionada com a execução da obra, inclusive as decorrentes de confecção, sempre que solicitados pela Contratante, de placas alusivas ao objeto do contrato.
- 4.14** Nos casos de pedidos de reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro a Contratante terá o prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias, de acordo com o artigo 110 do Decreto Municipal 2.954/23, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

CLÁUSULA 5ª – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1** Caberá à Contratada observar escrupulosamente a boa prática de construção, as normas técnicas e empregar materiais constantes das especificações do projeto executivo, respeitando com fidelidade as formas e dimensões dos desenhos, bem como as leis, regulamentos e posturas federais, estaduais e municipais relativo à obra, cumprindo imediatamente as intenções e exigências das respectivas autoridades além de:
 - 5.1.1** Providenciar e selecionar a seu exclusivo critério e contratar, em seu nome, a mão-de-obra necessária à execução da obra e serviços, sejam eles especializados ou não, técnicos ou administrativos, previdenciários ou sociais;
 - 5.1.2** Arcar com todas as despesas referentes à manutenção de alojamento, transporte de pessoal, bem como todas aquelas de escritório;
 - 5.1.3** Cumprir rigorosamente todas as disposições legais referentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, fornecendo, por sua conta, todos os materiais necessários à segurança do pessoal que trabalhar na obra;
 - 5.1.4** Cumprir as obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
 - 5.1.5** Facultar à Contratante exercer verificação dos materiais empregados, equipamentos e serviços em execução;



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

- 5.1.6** A Contratada será responsável pela sinalização de trânsito durante a execução das obras, bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros;
- 5.1.7** A Contratada deverá obrigatoriamente efetuar a colocação de placas para identificação da obra, de acordo com o modelo a ser definido pela Secretaria Municipal de Obras.
- 5.1.8** 5.1.8. Quando solicitado pela fiscalização da Contratante, a Contratada deverá substituir, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer recurso humano e/ou material julgado por ela inadequado.
- 5.1.9** Executar serviços indispensáveis à segurança da obra e construções vizinhas, além de reparos de danos causados a terceiros, arcando com seus custos, sempre que ocasionados por negligência ou imperícia de seus empregados e prepostos.
- 5.1.10** Assumir integral responsabilidade pelas obras, inclusive responsabilidade técnica pela execução perante o CREA, CAU e/ou CFT, cada um dentro de suas limitações de acordo com as Resoluções de seus Conselhos Regionais, dotando a obra de orientação técnica e arcando com todas as despesas de engenheiro e equipe administrativa locada direta ou indiretamente na obra;
- 5.1.11** Não substituir as suas equipes técnicas sem prévia verificação de documentos, informações e aceitação pela Contratante;
- 5.1.12** Qualquer falha de execução, caso a obra esteja em desacordo com as normas e especificações técnicas, a Contratada será notificada para que regularize a mesma, sob pena de ser declarada inidônea para futuras licitações, sem prejuízo de outras penalidades.
- 5.2** Caberá a Contratada demolir a obra executada que esteja em desacordo com o projeto, especificações técnicas e determinação da fiscalização, bem como aquelas que apresentarem defeitos de material e vícios de construção, reconstruindo-as satisfatoriamente, sem qualquer ônus para a Contratante.
- 5.3** A Contratada se obriga, a manter 01 (um) engenheiro à frente da obra e designar 01 (um) preposto e 01 (um) técnico mediante aprovação prévia da Contratante.
- 5.4** A Contratada deverá apresentar ART do engenheiro responsável pelos serviços no prazo de 10 (dez) dias da assinatura do contrato, que será indispensável no processo de pagamento.
- 5.5** A Contratada obriga-se, ainda, a permitir a fiscalização da obra pelo pessoal designado pela Contratante, assim como atender às exigências de substituição de mão-de-obra solicitada pela Contratante.
- 5.6** A Contratada deverá providenciar laudos técnicos para fins de definição dos percentuais a serem ou não acrescidos à retenção na execução da obra mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada, previstos na legislação previdenciária.
- 5.7** São de responsabilidade da Contratada os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da presente avença, isentando a Contratante de quaisquer responsabilidades, inclusive por danos causados a terceiros.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 5.8** A Contratante obriga-se a efetuar os pagamentos referentes às medições efetuadas pela Contratada.
- 5.9** O pessoal da Contratada, por ela designada para trabalhar na execução da obra objeto do presente contrato não terá vínculo empregatício algum com a Contratante, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada o pagamento de salários e encargos previdenciários advindos da legislação vigente;
- 5.10** A Contratada poderá subcontratar serviços específicos autorizados pela Contratante, na ocasião, ficando responsável pela boa qualidade do conjunto de obras e demais compromissos assumidos com a municipalidade. Não é permitida subcontratação total do objeto ora contratado.

CLÁUSULA 6ª – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 6.1** A Contratada será responsabilizada, conforme disposto no art. 155, da Lei Federal n.º 14.133/2021, pelas infrações administrativas a seguir descritas:
- 6.1.1** Dar causa à inexecução parcial do Contrato;
- 6.1.2** Dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração pública, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 6.1.3** Dar causa à inexecução total do Contrato;
- 6.1.4** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 6.1.5** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado;
- 6.1.6** Prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 6.1.7** Praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- 6.1.8** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 6.1.9** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei n.º 12.846/2013, (Lei sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira).
- 6.2** Sobre as infrações administrativas:
- 6.2.1** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias contínuos será considerado como inexecução total do Contrato;
- 6.2.2** A recusa injustificada para cumprimento integral de obrigação contratual será considerada como inexecução total do Contrato;
- 6.2.3** No caso de inexecução total, além da aplicação de sanção, deverá ser rescindido o respectivo instrumento ajustado, salvo razões de interesse público devidamente motivadas por ato da Administração.
- 6.2.4** Configurada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual, a Contratada será notificada para apresentar a justificativa para o



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

descumprimento que incorreu, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação ou ciência.

6.2.4.1 A justificativa apresentada pela Contratada ou Detentora, será analisada pelo Fiscal designado.

6.2.4.2 Após a análise, o responsável, mediante ato motivado, apresentará sua manifestação a respeito e a submeterá à decisão da autoridade competente conforme disposto no art. 125 do Decreto Municipal n.º 2.954/2023.

6.2.4.3 Rejeitada a justificativa, o responsável submeterá o ato de rejeição à autoridade competente para que se decida sobre o encaminhamento para a instauração do processo de apuração de responsabilidade, salvo quando não for ela a autoridade instauradora e julgadora.

6.2.4.4 Antes da instauração do referido processo, poderá ser solicitado à autoridade máxima da Administração, a concessão de prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da publicação ou da ciência, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

6.2.4.5 As competências das autoridades estão dispostas no art. 2º, do Decreto Municipal n.º 2.294/2023.

6.3 Na aplicação das penalidades serão consideradas as circunstâncias previstas no art. 156, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, a seguir descritas:

6.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

6.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

6.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.3.4 As danos que dela provierem para a Administração Pública;

6.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.3.6 A sanção “**Advertência**” será aplicada exclusivamente pela infração administrativa “**dar causa à inexecução parcial do Contrato**”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no art. 156, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, com as seguintes disposições:

6.3.7 A sanção “**Advertência**” consiste em comunicação formal à Contratada e será aplicada nas seguintes hipóteses:

6.3.7.1 Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, de **pequena relevância**, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave, tais como, o atraso na entrega do bem ou serviço e situações de natureza correlatas, independentemente da aplicação da multa;

6.3.7.2 Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de **pequena relevância**, e situações de natureza correlatas, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

6.3.7.3 Considera-se **pequena relevância** o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do Contrato, bem como não causem prejuízos à Administração Pública.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 6.4** A sanção “**Multa**”, calculada na forma do Edital, do Contrato ou Ata de Registro de Preços, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao **responsável por qualquer das infrações administrativas previstas**, conforme disposto no art. 156, § 3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, com as seguintes diretrizes:
- 6.4.1** A sanção de “**Multa**” poderá ser aplicada cumulativamente com as demais, conforme disposto no art. 156, § 7º, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 6.4.2** O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará o contratado a **multa de mora de 1% (um por cento)** por dia de atraso no fornecimento, até o limite de 30% (trinta por cento), correspondente a à (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- 6.4.2.1** A aplicação de **multa de mora** não impedirá que a Administração a converta em **multa compensatória** e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas.
- 6.4.3** **Multa compensatória de até 10% (dez por cento)** sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da Ata de Registro de Preços, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
- 6.4.3.1** Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo de vigência do Contrato;
- 6.4.3.2** Permanecer inadimplente após a aplicação da sanção administrativa de advertência;
- 6.4.3.3** Deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos em legislação aplicável, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- 6.4.3.4** Não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;
- 6.4.3.5** Manter empregado sem qualificação para a execução do objeto contratado;
- 6.4.3.6** Utilizar as dependências da contratante para fins diversos do objeto contratado;
- 6.4.3.7** Tolerar, no cumprimento do Contrato, situação apta a gerar ou causar dano, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- 6.4.3.8** Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- 6.4.3.9** Deixar de repor empregados faltosos;
- 6.4.3.10** Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- 6.4.3.11** Deixar de cumprir com obrigações trabalhistas tais como pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do objeto contratado nas datas avençadas;
- 6.4.3.12** Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- 6.4.3.13** Outras situações de natureza correlatas.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

- 6.4.4** **Multa compensatória de 5% (cinco por cento)** sobre o valor total adjudicado ao Licitante, na hipótese entregar o objeto contratado em desacordo com as especificações, condições e qualidade especificadas no Termo de Referência ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- 6.4.5** **Multa compensatória de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do adjudicado à Contratada, quando ele der causa à rescisão contratual.
- 6.4.6** O atraso para apresentação, execução, prestação e obrigação contratual ou licitatória, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, termo inicial a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o seu cumprimento.
- 6.4.7** A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas compensatórias previstas, cumulando-se os respectivos valores.
- 6.4.8** Na hipótese de deixar a Licitante ou Contratada de pagar a multa aplicada a tempo e modo devidos, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:
- 6.4.8.1** Se a multa aplicada for superior ao valor da soma de faturas subsequentes ao mês do inadimplemento, elas terão retenção de pagamento, e responderá a Contratada pela diferença não retida, devidamente atualizada monetariamente e acrescida de juros e encargos legais, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Administração ou cobrados judicialmente;
- 6.4.8.2** Inscrição em dívida ativa não tributária, por meio de processo administrativo próprio.
- 6.5** A falha na execução do contrato, para fins de aplicação das penalidades previstas, estará configurada quando a Contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a Tabela 1 deste item, e alcançar o total de 100 (cem) pontos, cumulativamente.

TABELA 1 – GRADUAÇÃO DE INFRAÇÕES

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

- 6.5.1** Os pontos serão computados a partir da aplicação da penalidade, com prazo de depuração de 12 (doze) meses.
- 6.5.2** Sendo a infração objeto de recurso administrativo, os pontos correspondentes ficarão suspensos até o seu julgamento e, sendo mantida a penalidade, serão computados, observado o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da aplicação da penalidade.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

- 6.5.3** Multa 1% (um por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços por dia de atraso no fornecimento dos materiais/produtos, até o máximo de 10 (dez) dias.
- 6.5.3.1** No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 6.5.4** Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 6.5.5** Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor total contratado, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 6.5.6** Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a contratada aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor mensal da Ata de Registro de Preços
2	0,4% do valor mensal da Ata de Registro de Preços
3	0,8% do valor mensal da Ata de Registro de Preços
4	1,6% do valor mensal da Ata de Registro de Preços
5	3,2% do valor mensal da Ata de Registro de Preços
6	4,0% do valor mensal da Ata de Registro de Preços

TABELA 3 – APLICÁVEL NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado e por ocorrência
2	Fornecimento incompleto ou deixar de providenciar reposição complementar.	2	Por ocorrência
3	Fornecer informação falsa ou substituição de material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento contratual.	6	Por dia e por tarefa designada
5	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
6	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto da Ata de Registro de Preços.	5	Por ocorrência



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
7	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
8	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em Ata de Registro de Preços, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
Para os itens a seguir, deixar de:			
9	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
10	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
11	Cumprir horário estabelecido pelo Ata de Registro de Preços ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
12	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
13	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
14	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços nas datas avençadas.	6	Por mês
15	Efetuar os recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS.	6	Por mês
16	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local do fornecimento do objeto.	1	Por ocorrência e por dia
17	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
18	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula referente às condições de pagamento.	1	Por ocorrência e por dia
19	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força da Ata de Registro de Preços.	2	Por ocorrência e por dia
20	Cumprir quaisquer dos itens da Ata de Registro de Preços e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	1	Por item e por ocorrência
21	Cumprir quaisquer dos itens da Ata de Registro de Preços e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	2	Por item e por ocorrência

6.5.7 A Contratante, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), em advertência, uma única vez a cada 6 (seis) meses, a contar da data da conversão da aplicação da penalidade, mantendo-se o cômputo de pontos.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 6.5.8** Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do gestor da Ata de Registro de Preços uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, tais como salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da categoria e constantes na planilha de composição de custo, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à contratada multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o Ata de Registro de Preços será rescindida.
- 6.5.9** O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à DETENTORA da Ata.
- 6.5.10** Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a DETENTORA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.
- 6.5.11** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela DETENTORA ao ÓRGÃO, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 6.5.12** Caso haja rescisão, atrair-se-ão os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 6.5.13** Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal n.º 14.133/21, observados os prazos nele fixados.
- 6.5.14** A sanção “Impedimento de licitar e contratar” será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.2 a 13.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme disposto no art. 156, § 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, a contar da sua inscrição no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no cadastro junto ao TCE/SP.
- 6.5.15** A sanção “Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar” será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.8 a 13.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.2 a 13.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item anterior 32.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme disposto no art. 156, § 5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 6.5.16** A sanção “Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar” será precedida de análise jurídica de órgão competente e posterior aplicação de competência exclusiva de secretário municipal da secretaria contratante, conforme disposto no art. 156, § 6º, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e art. 125, inciso I do Decreto Municipal n.º 2.954/2023.
- 6.5.17** A autoridade máxima, quando do julgamento se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento à Controladoria Geral do



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

Município e à Procuradoria Geral do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

- 6.6** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública ao sancionado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme disposto no art. 156, § 8º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 6.7** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, conforme disposto no art. 156, § 9º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 6.8** Na aplicação da sanção “Multa”, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 6.9** A aplicação das sanções “Impedimento de licitar e contratar” e “Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar” requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidas, e intimará a Licitante, a Contratada ou Detentora, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme disposto no art. 158, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 6.9.1** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a Licitante, a Contratada ou Detentora poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, conforme disposto no art. 158, § 2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 6.9.2** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas, conforme disposto no art. 158, § 3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 6.9.3** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será, conforme disposto no art. 158, § 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021:
- 6.9.3.1** Interrompida pela instauração do processo de responsabilização referido anteriormente;
- 6.9.3.2** Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei Federal n.º 12.846/2013;
- 6.9.3.3** Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
- 6.10** Os atos previstos como infrações administrativas que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei, conforme disposto no art. 159, da Lei Federal n.º 14.133/2021



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

- 6.11** As sanções administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto na legislação aplicável, no instrumento convocatório ou equivalente ou no instrumento contratual, hipótese em que serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.
- 6.12** A autoridade julgadora, mediante ato motivado e sob os critérios da razoabilidade e proporcionalidade, poderá agravar, abrandar ou isentar a aplicação das penalidades, assim como adotar prazo ou percentual diverso de que trata o Decreto Municipal n.º 2.954/2023.

CLÁUSULA 7ª – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 7.1** O contrato poderá ser extinto na ocorrência de uma das hipóteses previstas nos incisos do art. 137, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, de forma consensual, por acordo entre as partes, ou determinada por decisão judicial, na forma e condições consignadas nos art. 138 e 139 da referida Lei.
- 7.2** A extinção do contrato por ato unilateral da Administração Pública Municipal poderá ocorrer:
- 7.2.1** Antes da abertura do processo de apuração de responsabilidade;
- 7.2.2** No processo administrativo simplificado de apuração de responsabilidade;
- 7.2.3** Em caráter incidental, no curso do processo de apuração de responsabilidade; ou
- 7.2.4** Quando do julgamento de apuração de responsabilidade.
- 7.3** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, 1º de abril de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidas no Decreto Municipal nº 2.954/2023.

CLÁUSULA 7ª – DO RECEBIMENTO

- 8.1** O objeto contratado será recebido de forma provisória ou definitiva, nos termos do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133, 1º de abril de 2021, ou seja:
- 8.1.1** PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado após a devida medição, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita da Contratada do encerramento da etapa da execução contratual;
- 8.1.2** DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até 90 (noventa) dias corridos a contar do recebimento provisório;



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

- 8.2** Caso o objeto não atenda às especificações técnicas, o gestor designado poderá rejeitá-lo, fixando prazo para que sejam efetuados os ajustes e correções necessárias.
- 8.2.1** Todos os custos para nova execução, além de outros que incidam sobre o objeto, correrão por conta única e exclusiva da contratada.
- 8.2.2** Não será aceito objeto fora das especificações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA 9ª – DA ANTICORRUPÇÃO

- 9.1** As partes concordam que executarão as obrigações contidas neste contrato de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis às Licitações e Contratos públicos.
- 9.2** A Contratada assume que é expressamente contrária à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem da Contratante.
- 9.3** Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis nacionais, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.
- 9.4** As partes se comprometem a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste contrato.

CLÁUSULA 10ª – DAS ALTERAÇÕES

- 10.1** As partes concordam que executarão as obrigações contidas neste contrato de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis às Licitações e Contratos públicos.

CLÁUSULA 11ª – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, PROPOSTA E CONTRATO

- 11.1** A Contratada deve ter pleno conhecimento das disposições constantes deste instrumento, bem como de todas as condições dispostas no Edital licitatório e dos anexos que o originou, e das demais informações constantes de sua Proposta, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo ao perfeito cumprimento do ajuste, deverá manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

- 11.2 O presente contrato é firmado através do **PREGÃO ELETRÔNICO [informar nr]/2026**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, pela qual se rege, onde o Edital e o projeto executivo e a proposta vencedora ficam fazendo parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA 12ª – DOS CASOS OMISSOS

- 12.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 13ª – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1 A tolerância das partes não implica em novação das obrigações assumidas no presente contrato.
- 13.2 Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, os termos do Pregão Eletrônico **[informar nr]/2026**, que deu origem a presente avença, bem como as demais condições da proposta apresentada pela Contratada à Contratante.
- 13.3 Fica eleito o foro da Comarca de EMBU DAS ARTES como competente para apreciar todas as questões decorrentes do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo fim.

Estância Turística de Embu das Artes, **[dia]** de **[mês por extenso]** de **[ano]**.

CONTRATANTE:

[nome completo do secretário(a)]
Secretário(a) Municipal da **[nome secretaria]**

CONTRATADA:

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]
[nome da detentora]

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

CPF: _____

CPF: _____



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes.

CONTRATADO:

CONTRATO Nº ____/2026.

OBJETO: _____.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Estância Turística de Embu das Artes, ____ () de _____ de 2026.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Hugo do Prado Santos.

Cargo: Prefeito.

CPF:

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME, GESTOR, RESPONSÁVEL QUE ASSINA O AJUSTE E ORDENADOR DE DESPESAS PELA CONTRATANTE:

Nome: **LUIS FERNANDO FERREIRA DE SOUZA**

Cargo: **Secretário Municipal de Segurança Pública**

CPF: 103.311.118-02

LUIS FERNANDO FERREIRA DE SOUZA

Secretário Municipal de Segurança Pública

RESPONSÁVEL QUE ASSINA O AJUSTE PELA CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Contratada

FISCAL DO AJUSTE PELA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Fiscal



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes.

CNPJ Nº: 46.523.114/0001-17.

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº ____/2026.

DATA DA ASSINATURA: ____ / ____ / 2026.

VIGÊNCIA: __ () ____.

OBJETO: _____.

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

Estância Turística de Embu das Artes, [dia] de [mês] de [ano].

LUIS FERNANDO FERREIRA DE SOUZA
Secretário Municipal de Segurança Pública



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 9.895/2026



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Suprimentos

Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, n.º. 114, Centro

CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

PROCESSO N° 9.895/2026

ANEXO VIII

MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

À

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

Secretaria Municipal de Suprimentos

Licitação: Pregão Eletrônico n.º [informar nr]/2026

Atestamos para fins de participação no processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico n.º [informar nr]/2026/2026 que o (a) Sr (a) . [informar nome do representante da licitante], portador(a) do documento de Identidade n.º [informar tipo, número, órgão emissor e unidade da federação] e do CPF n.º [informar número do CPF], representante da Empresa [informar nome/razão social da licitante], inscrita no CNPJ sob n.º [informar o CNPJ] vistoriou os locais onde serão prestados os serviços do objeto deste termo, tendo tomado conhecimento de todas as peculiaridades do local e condições estipuladas no edital.

Estância Turística de Embu das Artes, [dia] de [mês] de [ano].

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL – SECRETARIA DE OBRAS

RG:

CARGO:

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

RG:

CARGO: